

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar



TESE

**Agroindustrialização no Município de São Lourenço do Sul/RS: Diagnóstico,
problemas e soluções**

Norberto Luiz Marques Andersson

Pelotas, 2015.

Norberto Luiz Marques Andersson

**Agroindustrialização no Município de São Lourenço do Sul/RS: Diagnóstico,
problemas e soluções**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em AGRONOMIA (linha de pesquisa:Desenvolvimento Rural Sustentável).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lilles Tavares Machado

Co-Orientador: Prof. Dr. Mauro Fernando Ferreira

Pelotas, 2015.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

A544a Andersson, Norberto Luiz Marques

Agroindustrialização no Município de São Lourenço do Sul/RS: Diagnóstico, problemas e soluções. / Norberto Luiz Marques Andersson; Orientador: Prof. Dr. Antônio Lilles Tavares Machado. – Pelotas, 2015.
94f.

Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas.

1. Estratégias de organização. 2. Licenciamentos. 3. Agroindústria familiar rural. 4. Construção rural I. Machado, Antônio Lilles Tavares; orient. II. Título.

CDD 305

Norberto Luiz Marques Andersson

Agroindustrialização no Município de São Lourenço do Sul/RS: Diagnóstico,
problemas e soluções.

Tese APROVADA, como requisito parcial, para obtenção do grau de
Doutor em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal
de Pelotas/RS.

Data da Defesa: 24 de Agosto de 2015

Banca examinadora:



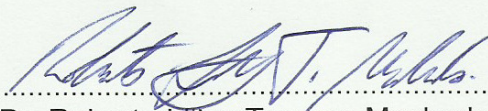
Prof. Dr. Antonio Lilles Tavares Machado (Orientador)
Doutor em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Ângelo Vieira dos Reis
Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Fabrício Ardaís Medeiros
Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas



Prof. Dr. Roberto Lilles Tavares Machado
Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas

**Dedico este trabalho à minha
esposa Angela e à minha
filha Fabiana.**

Agradecimentos

Ao meu professor orientador, Dr. Antônio Lilles Tavares Machado que não mediu esforços em ficar sempre do meu lado, independente do que poderia acontecer, no desenrolar deste trabalho.

Ao meu professor co-orientador, Dr. Mauro Fernando Ferreira que sempre demonstrou incentivo para comigo, em todos os artigos publicados.

Aos professores: Dr. Ângelo Vieira dos Reis, Dr. Roberto Lilles Tavares Machado e Dr. Fabrício Ardaís Medeiros, pelas trocas de informações quanto a apresentação de todos os trabalhos realizados.

Aos doutorandos, mestrandos e graduandos do Departamento de Engenharia Rural, que demonstraram muito companheirismo em todos os momentos que estivemos juntos na nossa sala de trabalho.

À CAPES pela ajuda financeira.

E aos agricultores familiares, do município de São Lourenço do Sul-RS, que participaram desta pesquisa relacionada à agroindustrialização.

Muito obrigado!

Resumo

ANDERSSON, N. L. M. **Agroindustrialização no Município de São Lourenço do Sul/RS: Diagnóstico, problemas e soluções.** 2015. 94 p. Tese (Doutorado em Agronomia) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas - RS.

Os agricultores de base familiar trabalham suas áreas, primeiramente com culturas que garantem sua subsistência, para isso utilizam criatividade e recursos disponíveis dentro da propriedade. Na medida em que começam a existir recursos disponibilizados através de linhas de crédito governamentais, compatíveis com suas economias, estes agricultores apresentam a possibilidade de tecnificar suas propriedades, principalmente pela busca de um produto diversificado que agregue valor na produção, abrindo novos horizontes de comercialização, através da agroindustrialização. Com a finalidade de entender este processo, identificar em que situação encontram-se estes agricultores e auxiliá-los na busca de soluções, utilizou-se uma metodologia caracterizada por estudo de caso. A pesquisa buscou informações junto a 27 agroindústrias familiares, no município de São Lourenço do Sul/RS, que trabalham com processamento de produtos de origem animal ou vegetal. Foram verificadas as condições reais que se encontravam estas agroindústrias comparando-se os critérios técnicos necessários com aqueles medidos diretamente junto aos agricultores. Os resultados obtidos permitiram inferir que o modelo de pesquisa estabelecida foi adequado a situação das agroindústrias familiares de São Lourenço do Sul podendo ser facilmente adaptado a outras situações e regiões. Constatou-se que empreendimentos desta natureza são importantes para as famílias pesquisadas e que as agroindústrias familiares de São Lourenço do Sul se encontram numa situação de carência em determinadas áreas, necessitando de alternativas e soluções para os problemas existentes. Como auxílio a solução destes problemas formulou-se, junto com técnicos da Prefeitura, o Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul/RS e confeccionou-se uma cartilha que deverá ser distribuída aos agricultores.

Palavras-chave: estratégias de organização; licenciamentos; agroindústria familiar rural; construção rural

Abstract

ANDERSSON, N. L. M. **Agro-industrialization in São Lourenço do Sul/RS: Diagnosis, problems and solutions.** 2015. 94 p. Thesis (Doctorate in Agronomy) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS.

Family-based farmers work in their fields, primarily with cultures that guarantee their livelihood, under this purpose they use creativity and available resources within the property. To the extent that government resources start being available through credit lines, compatible with their economies, these farmers have the ability to make their properties more technological, mainly in the search of a diversified product that aggregates value in production, opening new horizons for marketing, through agro-industrialization. In order to understand this process, identify what situation are these farmers in and assist them in the search for solutions, we used a study case methodology. The survey sought information from the 27 agribusiness families, in the city of São Lourenço do Sul/RS, which work with processing of animal or vegetable products. It was verified these agribusinesses actual conditions comparing the necessary technical criteria with those measured directly with farmers. The results obtained allowed to infer that the search template established was appropriate to the situation of agro-industries family of São Lourenço do Sul and can easily be adapted to other situations and regions. It was observed that such enterprise are important for the families surveyed and the families agribusiness of São Lourenço do Sul are in a situation of shortage in certain areas, requiring alternatives and solutions to existing problems. How to aid the solution of these problems formulated, along with technicians from City Hall, the City Agribusiness Program of São Lourenço do Sul/RS and the creation of a booklet to be distributed to farmers.

Key-words: organizational strategies; licensing; family rural agroindustry; rural construction

Lista de Figuras

Figura 1	Local usado para processamento dos produtos.	32
Figura 2	Tipos de matéria prima utilizada.	33
Figura 3	Origem da água usada nas atividades do processamento.	33
Figura 4	Modo da organização das agroindústrias.	35
Figura 5	Quantidade de pessoas envolvidas por ano na agroindústria.	36
Figura 6	Principais dificuldades para implantação de uma agroindústria.	42
Figura 7	Áreas que faltam suporte ao desenvolvimento das agroindústrias.	43
Figura 8	Motivo de desenvolver a atividade de agroindustrialização.	44
Figura 9	Onde adquiriu o conhecimento para realizar a atividade.	44

Lista de Quadros

Quadro 1	Distribuição do processamento como principal atividade ou não e alternativas a agroindustrialização.	31
Quadro 2	Categorias dos produtos processados nas agroindústrias de São Lourenço do Sul.	34
Quadro 3	Origem da matéria prima em porcentagem.	37
Quadro 4	Informações apresentadas nos produtos das agroindústrias.	38
Quadro 5	Principais canais de comercialização dos produtos processados.	39

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BPF - Boas Práticas de Fabricação

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CAPEC - Conselho Agropecuário Municipal de São Lourenço do Sul

CGC-TE - Cadastro Geral do Contribuinte do Tesouro do Estado

CIB - Comissão Intergestores Bipartite

CISPOA - Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CORSAN - Companhia Rio-Grandense de Saneamento

CRESOL BOA VISTA - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

DDA – Departamento de Defesa Agropecuária

DIPOA – Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal

EMATER - Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler-RS

FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região sul

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LI - Licença de Instalação
LIO - Licença de Instalação e Operação
LP - Licença Prévia
LO - Licença de Operação
MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ME - Micro Empresa
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Programa de Agricultura Familiar
PEAFERS - Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Rio Grande do Sul
PMAFSLRS - Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
POA - Produtos de Origem Animal
POV - Produtos de Origem Vegetal
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAP – Secretaria de Agricultura e Pecuária
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIE - Serviço de Inspeção Estadual
SIF - Serviço de Inspeção Federal
SIM - Serviço de Inspeção Municipal
SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIGA - Sistema integrado de Gestão Ambiental
SIV - Serviço de Inspeção Vegetal
SLS - São Lourenço do Sul
SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUSAF-RS - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte

Sumário

1 Introdução	11
2 Revisão de literatura	14
2.1 Município de São Lourenço do Sul	14
2.2 Agricultura Familiar	15
2.3 Agroindústria Familiar Rural	18
2.4 Legislação para Agroindústria Familiar Rural	25
3 Metodologia	27
4 Resultados e discussões	30
5 Conclusões	50
6. Referências Bibliográficas	52
Apêndices	56
Anexos	69

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar apresenta-se como o segmento de maior importância econômica e social do meio rural, sendo responsável pela maioria da produção de alimentos no Brasil, visto que cerca de 70% de todo o alimento que o brasileiro consome origina-se da mesma (CORTEZ, 2010).

A região sul do Brasil, em especial os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, segundo Porto (2002) apresentam elevada concentração de unidades familiares de produção, as quais são responsáveis por quase metade do valor da produção agropecuária, ocupando aproximadamente 90% da mão de obra rural, sendo que 39,2% do valor da produção agropecuária da zona sul do RS é proveniente da agricultura de base familiar, a qual ocupa aproximadamente 85% da mão de obra rural da região.

Em termos de Brasil a agricultura familiar representa 75% da mão de obra no campo, produz 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e ainda 21% do trigo, sendo responsável pela segurança alimentar dos brasileiros (IBGE, 2006).

Embora ocupando apenas um quarto da área agrícola do país, a agricultura familiar responde por 39% do valor da produção brasileira. A representatividade e o peso deste setor na formação da economia e produção primária são demonstrados na capacidade de geração de renda, bem como no aproveitamento do espaço físico disponível para a produção (MDA, 2010).

Os produtos *in natura* da agricultura familiar apresentam pouco tempo de prateleira. Para contornar este inconveniente, os produtos processados são uma alternativa para uma oferta mais prolongada aos mercados (Andersson et al., 2011).

Em relação às agroindústrias familiares rurais, existem alguns problemas enfrentados pelos agricultores, quando da intenção de construir uma estrutura de agroindústria dentro de sua área:

- Onde as informações necessárias para os diferentes tipos de licenciamentos exigidos, estão disponíveis?
- Como acessar os mercados existentes?
- Os agricultores envolvidos possuem formação para utilizar as tecnologias de processamento?

Há uma carência, no meio rural nacional, de locais, orientações e publicações, onde estas informações estejam disponíveis, de forma a esclarecer satisfatoriamente as unidades familiares de produção, de como proceder, quando da intenção em construir algo apropriado para a finalidade de agroindustrialização. Isto gera insegurança com respeito aos aspectos técnicos de construção e sua utilização em agroindustrialização. A apropriação, por parte do agricultor familiar, destas informações, são necessárias.

Infere-se que os agricultores familiares rurais necessitam de informações precisas com relação à implantação dos empreendimentos, sendo necessário o fornecimento das mesmas, principalmente no que se refere aos critérios técnicos construtivos adequados a este segmento de produção rural.

Desta forma o objetivo principal deste trabalho foi analisar a situação atual das agroindústrias familiares da região de São Lourenço do Sul – RS, por meio da realização de um diagnóstico, no sentido de propor alternativas e soluções para problemas existentes, possibilitando melhor agregação de valor aos produtos, possibilitando a geração de renda e aumentando a satisfação individual e coletiva de comunidades, associações e cooperativas de Agricultores Familiares. A intenção fundamental foi a partir dos dados obtidos com o diagnóstico propor um Programa Municipal de Agroindústria Familiar específico para São Lourenço do Sul-RS e confeccionar uma Cartilha com orientações sobre como implementar uma agroindústria a ser disponibilizada para o Executivo e agricultores familiares da região.

Para atingir o objetivo principal buscou-se:

- 1- Identificar a importância do processamento para as propriedades agrícolas familiares;

2- Verificar como está estruturado o processo, bem como os sistemas de produção existentes;

3- Analisar a estrutura organizacional das agroindústrias familiares;

4- Verificar o formato da composição dos envolvidos no trabalho;

5- Identificar as matérias primas usadas nos processamentos;

6- Examinar as informações dos produtos colocados no mercado;

7- Analisar como é feita a comercialização dos produtos processados;

8- Verificar se estes empreendimentos encontram-se legalizados;

9- Pesquisar os pontos de entraves para o trabalho em processamento;

10- Identificar o nível de aptidão e de conhecimento dos envolvidos.

Como base para a pesquisa, escolheu-se um grupo representativo de agricultores familiares do município de São Lourenço do Sul, na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, interessados em legalizar seu empreendimento.

Assim, este trabalho direciona-se ao agricultor familiar que busca um aprimoramento enquanto indivíduo presente em uma sociedade, que através de um processo de aprendizagem e ação tenha acesso ao que se chama de “qualidade de vida e segurança alimentar”.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção tem por intuito apresentar os principais referenciais que norteiam o trabalho. Neste sentido, a subseção inicial apresenta uma breve caracterização do município de São Lourenço do Sul - localizado ao sul do estado do Rio Grande do Sul. A idéia é evidenciar o porquê de se recorrer a esta região enquanto universo empírico de análise. Logo, serão percorridos os temas a respeito de Agricultura Familiar, Agroindústria Familiar Rural, Legislação para Agroindústria Familiar Rural, para, por fim, discutir sobre como será o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 Município de São Lourenço do Sul

São Lourenço do Sul localiza-se na região turística da Costa Doce, microrregião Centro Sul do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área total de 2.031 km², correspondendo a aproximadamente 0,8% da superfície total do Estado, a uma latitude de 31°21'55" sul e a uma longitude de 51°58'42" oeste. Os acessos ao município podem ser feitos via BR-116 e RS-265. Em relação a Porto Alegre a distância é de aproximadamente 195 km e Pelotas a 70 km. (P.M.S.L.S. 2013).

A agroindustrialização de base familiar apresenta-se como uma atividade de grande importância no espaço rural do município (ANDERSSON et al., 2012 a).

Segundo o Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul (PMAFSLS, 2013) (Apêndice - A) e a cartilha derivada deste Programa (Anexo - A) elaborada pelos técnicos do Projeto de Assistência Técnica para a Consolidação

de Iniciativas em Agroindústria Familiar, através do convênio estabelecido entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Município de São Lourenço do Sul, RS, a agricultura é basicamente de produção leiteira e produção de fumo, concomitantemente há arroz, milho, soja, batata inglesa, feijão, criação de aves e suínos. Existem agroindústrias familiares com vários tipos de processamento, apresentando uma diversidade de produtos prontos, tanto produtos de origem animal como produtos de origem vegetal. No caso das agroindústrias do município de São Lourenço do Sul, compreende-se que estas constituem um

segmento heterogêneo constituído principalmente por pequenos produtores rurais e alguns urbanos, de alimentos de origem vegetal e animal (agroecológicos ou não), sendo ambas importantes por empregarem mão de obra não qualificada e valorizarem o trabalho doméstico. Possuem em sua diversidade, embutidos, mel, queijos, sucos, doces, conservas, temperos, produtos de panificação, rapaduras, erva mate, vinhos, flores, artesanato variado, além de iguarias como o peito de ganso defumado, frangos coloniais recheados, sucos e doces de frutas nativas. Em geral, esses são produzidos por micro e pequenas agroindústrias que ofertam processados de baixa sofisticação tecnológica ligados à cultura local. Em sua maioria a transformação ocorre na forma artesanal e informal em pequenas instalações nas propriedades. Entretanto existem aquelas que já possuem registros junto aos órgãos competentes, com inspeção sanitária e legalização fiscal e tributária. A maioria dos industrializados é de processamento simples com baixo conteúdo tecnológico, mas apresentam um potencial de agregação de valor significativo. A produção da agroindústria familiar lourenciana atende consumidores de variados níveis social em mercados locais e até regionais (PMAFSLS, 2013).

2.2 Agricultura Familiar

Os critérios que definem o que é agricultura familiar foram estabelecidos pela lei n° 11.326 aprovada em 2006. Esta Lei define que quatro módulos fiscais vêm a ser o limite máximo para um empreendimento familiar, assim como a mão de obra ser predominantemente da própria família e a renda originada nas atividades da propriedade, além disso, a direção deve ser feita por um membro da família (MDA 2010).

De acordo com Bittencourt & Bianchini (1996), o agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (mais de 80%) e onde a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento é desenvolvida por membros da família. Permite-se o emprego de terceiros, temporariamente, quando a atividade

agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente, externa à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Conforme FAO/INCRA (2000), Agricultura Familiar vem a ser aquela cuja característica básica é a íntima relação entre trabalho e gestão, onde a direção do processo produtivo é conduzida pelos proprietários, com ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. A utilização do trabalho assalariado, quando existente, se dá em caráter complementar. Também Chayanov (1974), relata que a composição familiar é a que define entre os limites máximos e mínimos, sobre o volume da atividade econômica, onde a força de trabalho do tipo de exploração doméstica é determinada pela disponibilidade dos membros capacitados da família rural.

Dentro desta perspectiva agrícola, destaca-se a agricultura familiar¹ como uma categoria social que associa três elementos fundamentais: família-produção-trabalho, os quais permitem a agricultura familiar apresentar diferentes estilos de produção e reprodução social, por meio de diversas estratégias ambientais, econômicas, sociais e de produção em diversos agroecossistemas, ao longo da história (Wanderley, 1999).

A expansão e dinamismo da agricultura familiar basearam-se na garantia do acesso à terra que em cada país assumiu uma forma particular, desde a abertura da fronteira oeste americana aos *farmers* até a reforma agrária compulsória na Coreia e em Taiwan. Em todos estes países, além de contribuir para dinamizar o crescimento econômico, a agricultura familiar desempenhou um papel estratégico que tem sido relevado em muitas análises: o de garantir uma transição socialmente equilibrada entre uma economia de base rural para uma economia urbana industrial (GUANZIROLI et al., 2001). Isto remete a idéia conforme Anjos (1995), de uma transformação e conseqüente substituição de uma economia colonial por uma agricultura especializada, convertendo colonos em trabalhadores profissionalizados que adquirem este status em decorrência de uma especialização necessária em função de modificações de ordem técnica determinadas por programa de governo e das variações dos mercados interno e externo.

¹ Este é o conceito de agricultura familiar assumido neste trabalho.

Mesmo assim as propriedades agrícolas familiares podem transmitir a idéia de que deveria ser possível, uma produção diversificada com relação a produtos de origem animal ou vegetal, tendo em vista uma relação de resgate com o campesinato, conforme Abramovay (2007). Um diferencial poderia vir a ser uma produção de produtos manejados com cuidados ecológicos, contemplando as dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais, não esquecendo também a dimensão política associada à ética (ANDERSSON et al., 2012 a).

Anteriormente, de acordo com Kautsky (1980) no interior da família rural acontecia uma fraca divisão de trabalho, que não ia além da divisão entre homens e mulheres. Hoje a expressão “agricultura familiar” trata de realidades econômicas e sociais muito diferentes, dependendo da história e as características do meio, levando em consideração a variabilidade do tamanho das propriedades que pode ser muito variável, bem como os sistemas produtivos, portanto a renda dos agricultores familiares também é heterogênea. O grau de integração junto às linhas de comercialização da produção e o peso da mão de obra familiar nesta produção variam também de propriedade para propriedade familiar.

Segundo Bélières et al. (2002) o agricultor familiar possui uma forma de produção caracterizada pela ligação estrutural particular existente entre as atividades econômicas e a estrutura familiar. Esta relação influi no processo de decisão, especialmente nas escolhas das atividades desenvolvidas pela família, bem como na organização do trabalho familiar e na gestão dos fatores de produção e transmissão do patrimônio dentro da linha de parentesco existente. A agricultura familiar faz, então, referência a uma unidade doméstica junto da qual produção e reprodução são intimamente ligadas e para a qual existe uma instância de tomada de decisão única.

Conforme Andersson & Andersson (2010), a partir da convivência de trabalho com o grupo de assentados, do Assentamento Conquista da Liberdade em Piratini, observaram-se algumas características desse coletivo como, no caso da produção de alimentos, serem uma condição essencial para sua própria existência. Assim, independentemente das motivações referentes aos preços dos produtos, as atividades do grupo vão se diversificando de maneira complementar, mantendo-se a produção de alimentos de forma constante.

O excedente desta produção pode ser direcionado para os mercados. As feiras livres são um exemplo de espaço social onde os produtores de base familiar

são fortalecidos através de instrumentos de redução das desigualdades e de consolidação dos objetivos de inclusão social (ANJOS et. al., 2005).

2.3 Agroindústria Familiar Rural

O conceito de agroindústria familiar rural pode ser entendido como sendo uma construção rural onde a atividade desenvolvida tem como base os fatores: econômico, social, ambiental e cultural, tendo como gestor, o (a) Agricultor (a) Familiar, e que favoreça a diversificação e agregação de valor a produtos de origem animal ou vegetal, provenientes de explorações de base familiar, tais como: pecuárias, agrícolas, aquícolas e extrativistas, compreendendo a sanidade da matéria prima, desde o seu local de origem, até a chegada na agroindústria, onde será realizada, dependendo do tipo de cada matéria prima: a limpeza, classificação, seleção, processamento, industrialização, envasamento, pesagem e rotulagem, com uso ou não de frio/calor, para seu armazenamento e futura expedição/venda, dentro das normas sanitárias e ambientais e de Boas Práticas de Fabricação, estimulando o resgate ao saber fazer (CAPA, 2007).

Segundo Sulzbacher et. al. (2009), a atividade de agroindustrialização, promoveu mudanças significativas na propriedade rural, dentre elas a reorganização das atividades desenvolvidas, a revisão da divisão de trabalho, o aumento da demanda por força de trabalho e principalmente a revalorização do sujeito rural, do grupo familiar, mediado pela aceitação do produto, pela troca de experiências e pelo reconhecimento das entidades municipais. Além disso, a possibilidade de agregar valor amplia os convencionais limites da concepção da agricultura, representada na mera produção de matérias-primas.

De acordo com Pelegrini & Gazolla (2009), a agroindústria familiar é, do ponto de vista da geração de renda, de empregos e manutenção do homem nos espaços rurais, uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar devendo assentar qualquer programa ou projeto de desenvolvimento rural para este setor social. Por outro lado, esta atividade gerando renda, empregos e ocupações junto à população rural ajuda a sustar os fluxos migratórios. Desse modo, a agroindústria cumpre um

papel social importantíssimo, o qual seja, o de manter o homem no espaço rural trabalhando, produzindo alimentos e vivendo com a sua família.

Menasche (2005), também chama a atenção que, embora essas agroindústrias estejam conseguindo mesmo expandir-se, sob diversos aspectos particularmente referente à gestão, à inserção e manutenção no mercado e à organização da produção da matéria prima elas são ainda frágeis, o que evidencia a necessidade de continuidade de programas governamentais que além de alavancarem iniciativas a partir de financiamentos, proporcionem formação continuada aos agricultores.

Portanto, pode-se inferir que existe uma íntima relação entre a segurança alimentar e o autoconsumo, possibilitando uma inclusão destes produtos processados, segundo Becker & Anjos (2012), e valorizando este trabalho familiar admitindo este trabalhador como protagonista do desenvolvimento rural sustentável.

Também Conceição (2002), relata que as dificuldades para implementar ou conduzir o empreendimento passam pela falta de informações de acesso ao crédito, bem como o elevado nível de exigências dos bancos. A grande burocracia para a obtenção do licenciamento, bem como a falta de informações sobre como obter o registro deve ser considerado. A falta de adequação da legislação para micro e pequenas agroindústrias familiares pelos órgãos responsáveis também é um desestímulo a este tipo de empreendimento. Uma maior cooperação das instituições no fornecimento de orientações técnicas deveria existir. A falta de informações de como acessar os mercados disponíveis para os produtos agroindustrializados é problema a ser resolvido. O pouco interesse no oferecimento de cursos de capacitação pelos órgãos de assistência técnica deveria ser revisto. A falta de conhecimento sobre a legislação tributária para micro e pequenos empreendimentos deveria ser repensado. A irregularidade no fornecimento de matéria prima por parte da agricultura familiar, causando interrupções no fornecimento dos produtos processados para o mercado e a baixa capacitação de gerenciamento das pessoas envolvidas, tudo isso influi diretamente na sustentabilidade das agroindústrias familiares.

Santos & Ferreira (2006), sustentam que a viabilidade das agroindústrias familiares está intimamente associada à produção da própria matéria prima produzida para ser processada dentro da própria agroindústria, também afirmam que o baixo nível de escolaridade dos agricultores familiares exige o permanente

acompanhamento técnico e o oferecimento de cursos de capacitação, pelos órgãos públicos e também a falta de capital de giro é apontada como sendo o maior problema de ordem financeira, exigindo do poder público medidas que facilitem o acesso à este crédito.

Quando a agroindústria familiar for tratada como a principal atividade da unidade de produção, esta gerará um impacto considerável, podendo comprometer a reprodução social. Principalmente se, por um lado, conseguir-se que os produtos das agroindústrias ganhem espaço nos mercados e por outro, que ocorra aumento na escala de produção gerando uma série de transformações na unidade de produção agrícola familiar (SULZBACHER & NEUMANN, 2014).

Andersson et al. (2011), verificaram que há interesse, por parte dos agricultores familiares, em normalizar suas atividades, conforme as exigências de eficiência, em todos os segmentos da cadeia de produção, em função do nível de fiscalização exigido, que para produtos de origem animal, pode ser Municipal (SIM – Sistema de Inspeção Municipal), Estadual (SIE – Sistema de Inspeção Estadual) e Federal (SIF – Sistema de Inspeção Federal), correspondendo a escolha por parte dos agricultores familiares, do local de venda da produção, que poderá ser respectivamente, dentro do Município, do Estado e do País. Já para produtos de origem vegetal o nível de fiscalização é apenas Municipal (SIM - Sistema de Inspeção Municipal) e poderá comercializar em todo o território Federal.

Ao se pensar a legalização de pequenos empreendimentos, como estratégia para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, uma série de aparatos técnico-burocráticos existem no intuito de oferecer amparo a tais iniciativas. O caso dos estudos de viabilidade econômica dos projetos encaminhados ao PAF (Programa de Agroindústria Familiar) é um exemplo disso, pois estes foram pensados na lógica da legalização como única possibilidade de entrada desses produtos no mercado, amparados por uma legislação excludente e positivista, normatizando regras, hábitos e conhecimento (KAEFER, 2011).

O processo de agroindustrialização da produção de base familiar, segundo Schneider & Gazolla (2011), não representa a solução completa para todos os problemas da agricultura familiar, mas deve ser entendido como uma alternativa de um conjunto de ações articuladas. Os produtores familiares utilizam a agroindustrialização de alimentos como estratégia de resistência e sobrevivência, através da diversificação e agregação de valor, garantindo a reprodução social e

uma melhor produção com base na economia. Além disso, a sua inserção nas redes chamadas de horizontais, onde cada agroindústria guarda a sua independência, mas optam por coordenar certas atividades específicas de forma conjunta, no formato de cooperação de tarefas, sendo que desta forma permite-se um maior controle e uma melhor gestão de todo o processo de produção e comercialização. Porém os produtores familiares devem saber superar dificuldades, sendo que uma delas é a gestão do empreendimento, onde uma boa administração econômica é uma das receitas para a permanência no mercado.

Estas dificuldades, nem sempre dependem somente do esforço dos agricultores familiares, tais como disponibilidade de crédito, baixa capacidade de contratação de mão de obra, sazonalidade da matéria prima e dificuldade no enquadramento no sistema de inspeção sanitária e ambiental. Alguns desses fatores podem ser amenizados com a implantação de políticas públicas condizentes com a realidade dessas necessidades (ANDERSSON et al., 2011).

No Brasil existem diferentes órgãos responsáveis pela legalização sanitária dos diversos empreendimentos, de acordo com o tipo de matéria-prima processada e do produto elaborado, tais como SIF (Serviço de Inspeção Federal), SIE (Serviço de Inspeção Estadual), SIM (Serviço de Inspeção Municipal), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade), SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal) e no caso do Rio Grande do Sul, também o SUSAF-RS (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) (CAPA, 2007).

O Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é o órgão responsável pela fiscalização da produção e comercialização da maioria dos produtos de origem vegetal. De acordo com as normas da vigilância sanitária, os produtos podem ser comercializados no âmbito do município, estado ou país, ou seja, não há restrição geográfica para sua comercialização (CAPA, 2007).

De acordo com Caruso & Anjos (2007), apesar do incentivo dos programas governamentais e do avanço de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à regularização das agroindústrias, incentivando às boas práticas produtivas, percebe-se que a implantação de agroindústrias nas propriedades rurais é apenas uma das etapas do processo. O dia a dia e os problemas enfrentados por estes agricultores familiares vão muito além da retórica oficial em torno à defesa quanto às potencialidades dessa classe de trabalhadores

com relação às políticas públicas. Os entraves referentes à legislação fiscal e principalmente sanitária/ ambiental, até no momento, representam um dos principais problemas que enfrentam as famílias rurais interessadas em criar novas agroindústrias ou regularizar as já existentes. As exigências, segundo indicam, são as mesmas aplicáveis às grandes agroindústrias.

De acordo com Sulzbacher (2009), a ênfase, até então dedicada à geração de emprego e renda como um indicador do impacto positivo decorrente da Agroindústria Familiar Rural (AFR), está ligada a construção social fundamentada em valores econômicos como aqueles norteadores do processo de desenvolvimento. No entanto, faz-se necessário extrapolar esta perspectiva e considerar os fatores sociais como relevantes, como essenciais na promoção de estratégias que considerem os interesses da população envolvida.

Nesse sentido, percebe-se uma variabilidade de situações e uma conseqüente multiplicidade de influências das agroindústrias sobre as dinâmicas locais. Wesz Junior et. al., (2008) afirmam que as agroindústrias agem positivamente através da elevação/complementação da renda familiar, diminuição da vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores, diversificação e fomento das economias locais, valorização e preservação dos hábitos culturais, estímulo da proximidade social (produtor-consumidor), geração de emprego no campo, redução do êxodo rural, valorização das especificidades locais e alteração nas relações de gênero, uma vez que as mulheres passam a ter um papel de crescente importância nas decisões acerca da gestão do empreendimento.

Marin & Trentin (2010), salientam que as agroindústrias familiares rurais têm gerado nas unidades familiares uma renda extra, o que tem permitido maior estabilidade frente às limitações da agricultura. Na grande maioria das agroindústrias familiares, a força de trabalho é dos pais. O horizonte urbano ainda é almejado pela maioria dos filhos, e a agroindústria tem sido usada como geração de renda para melhorar as condições educacionais dos mesmos. Com base nesta premissa se verifica que as agroindústrias familiares constituem-se numa alternativa ao desenvolvimento rural.

A apresentação e a análise das trajetórias das agroindústrias familiares rurais, conforme Mior (2008) permitem inferir a existência de um mosaico de experiências de distintas formas tecnológicas e organizacionais. Da atividade de processamento de alimentos, os agricultores familiares passaram a construir pequenas

agroindústrias e, destas, organizaram redes de pequenos empreendimentos com utilização conjunta de selos de qualidade para seus produtos. A ampliação da oferta dos produtos processados e a respectiva valorização do aspecto colonial, artesanal e agroecológico, como forma de diferenciação dos diferentes produtos, transforma-se num desafio para as redes de agroindústrias familiares.

Conforme Kiyota (2007), as famílias que agroindustrializam, apresentam uma diversificação produtiva em torno de outras atividades além da agroindustrialização, tornando a divisão do trabalho mais complexa. Cada membro da unidade de produção possui um conjunto de tarefas e de atividades que deve cumprir para o sucesso da unidade de produção, ou seja, cada membro possui as suas habilidades, conhecimentos e saber fazer que é empregado, de forma distinta, em cada etapa do processo produtivo. A agroindustrialização, conforme Mior (2008) gera mais qualidade de vida às famílias, por proporcionar maior renda e condição financeira mais estável. Desta forma as famílias conseguem acessar bens de consumo e adquirir mercadorias que antes não estavam ao seu acesso, bem como melhorar o nível de vida do grupo doméstico.

Assim, a agroindústria familiar constitui-se em uma importante ferramenta para o meio rural, por contribuir para um desenvolvimento sustentável e encaixar-se perfeitamente em inúmeras realidades. Também pode criar várias identidades, não ficando dependente apenas de um setor agropecuário ou, até mesmo, de um único tipo de cultura, como é o caso de muitas regiões (WESZ JUNIOR et. al. 2008).

Com o amadurecimento das experiências, em agroindustrialização, essas iniciativas ganham os mercados principalmente os locais, e passam a interagir com outros atores sociais e instituições e também criam novas organizações, como cooperativas, associações e grupos de agricultores. Com esses novos saberes, eles conseguem ir transformando as suas práticas, os seus processos de trabalho, as suas rotinas, os seus recursos, melhorando-os e consolidando as suas iniciativas de agregação de valor (WESZ JUNIOR et. al. 2008).

De acordo com Beduschi & Abramovay (2004), os processos de agroindustrialização familiar são históricos e possuem uma concentração em torno de cadeias e produtos de origem vegetal e animal, devido à trajetória institucionalizada nas últimas quatro décadas de desenvolvimento agrícola e pela predominância de grandes empresas integradoras na área de produção de alimentos de origem animal. Do ponto de vista produtivo e econômico, essas

unidades são uma alternativa de geração de renda para as famílias e comunidades rurais, pois consegue gerar um maior valor agregado à produção e, assim, colocar, nos mercados, produtos mais rentáveis, o que se reflete em maiores ganhos para as famílias envolvidas na atividade.

Para tanto, exige-se também uma oferta constante em prazo e volume e certo nível de investimento em tecnologia que proporcione tais condições. Cria-se então um conflito entre a necessidade agroindustrial e a capacidade técnico-econômica rural. As agroindústrias que geram seus produtos diretamente com base na matéria-prima rural sofrem imediatamente o efeito das variáveis perecibilidade e sazonalidade Andersson et al. (2012 b). Nesta perspectiva, entende-se que

supermercados, centrais de abastecimentos e grandes atacadistas constituem hoje os canais preferenciais de distribuição dos produtos agroalimentares. Embora ainda subsistam relações diretas do produtor rural com o consumidor final ou com os pequenos varejistas, observa-se uma significativa tendência de redução desse sistema. Entre os canais preferenciais, há grande concorrência para adquirir diferencial competitivo. Os distribuidores impõem ao produtor rural, além de requisitos similares aos das grandes agroindústrias, exigências de incorporação de valor aos produtos. Tal agregação de valor ocorre na forma de embalagens mais seguras, práticas e atraentes ao consumidor, uniformidade da cor, tamanho, textura, sabor e demais atributos físicos e químicos dos produtos produzidos. O mercado exige eficiência em todos os segmentos da cadeia de produção, com raras exceções, a incorporação de práticas gerenciais e a plena integração da produção rural às necessidades do processo de transformação ou distribuição estão longe de serem usuais. Noções como planejamento e controle da produção, gestão da qualidade e redução de desperdícios, logística, desenvolvimento de embalagens adequadas e outras técnicas são, em geral, ainda vistos de forma limitada na agroindústria familiar, para tanto são necessários cursos específicos, sendo constantemente disponibilizados pelo poder público (NOGUEIRA, 2000).

Ainda segundo este mesmo autor as estratégias que determinam o sucesso dos empreendimentos agroindustriais rurais estão estreitamente vinculadas ao seu porte, pois uma das razões fundamentais para a inserção em uma cadeia produtiva é a escala de produção. Essa escala é um dos fatores determinantes para o escoamento da produção, já que a comercialização dos produtos é função do volume de produção disponível.

2.4 Legislação para Agroindústria Familiar Rural

Conforme Andersson et al. (2012 a) a maioria das agroindústrias, surgem à margem dos processos legais e iniciam a comercialização de seus produtos de forma experimental, sendo esta fase, um tempo de aprendizado e incorporação de experiência na atividade. No entanto, quando o processamento deixa de ser uma atividade ocasional e passa a ter outro papel no sistema de produção familiar, os agricultores tendem a avançar procurando os meios de formalizar a sua produção.

Ainda de acordo com Andersson & Andersson (2010), a legislação para o licenciamento ambiental municipal de agroindústrias familiares é bastante complexa, dependendo de diferentes tipos de documentos para promover a efetiva legalização do empreendimento ou atividade. Dessa forma, a legislação pode inviabilizar o desenvolvimento da atividade agroindustrial familiar ou descaracterizar o produto artesanal. No entanto, se ela for acompanhada de um processo de adaptação e constante aprendizado entre agricultor, técnico, consumidor e agentes públicos, buscando a superação dos problemas advindos da adequação das tecnologias e dos processos à produção artesanal, pode impulsionar o desenvolvimento não só da atividade, mas da propriedade e do mercado que se abastece desta produção.

Tanto a legislação quanto a concorrência e a evolução da sociedade impõem sistematicamente ao processo agroindustrial alterações que afetam sua necessidade tecnológica, sua operação e seu desempenho. São exigidas, do empreendimento agroindustrial, melhores condições de qualidade dos produtos, menores preços, pronta disponibilidade de entrega e diversidade de opções. Essas condições fazem com que as agroindústrias tenham que adquirir maior flexibilidade para comportar a produção que deve ser mais freqüente e em lotes menores, com processos mais precisos e confiáveis para a obtenção dos níveis de qualidade exigidos e a eliminação de atividades que não agregam valor aos produtos. (ANDERSSON et al., 2011).

Com relação aos aspectos construtivos da edificação para uso como agroindústria de produtos de origem animal, estes encontram-se normatizados de acordo com a Norma Técnica da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Sul (DIPOA/DDA/SAP, 1999-2000).

Toda a agroindústria familiar, sendo uma construção rural, deve contar com uma área para a recepção de matéria prima, onde será realizada a limpeza e classificação da mesma. A esta área chama-se "área suja", sendo que nela tem-se um grande volume de dejetos que deverão ser direcionados convenientemente para posterior tratamento. Também há necessidade de uma área de processamento onde o produto *in natura* será processado através do uso ou não de calor para posterior armazenamento com uso ou não de frio para conservação. Uma área para depósito de embalagens e uma área para o armazenamento dos produtos prontos para futura expedição, também se fazem necessárias, entre outras. Além destas áreas também a necessidade de anexos com banheiros, vestiários e almoxarifados, todos com acesso para o exterior, bem como fonte de captação de água com tratamento para uso em alimentos e o esgoto dos anexos separado do esgoto da agroindústria (DIPOA/DDA/SAP, 1999-2000).

Portanto, existem alguns requisitos básicos de construção de edificações e instalações para uso em agroindústria, sendo esta informação uma das mais importantes na construção do prédio destinado à agroindústria familiar e, em alguns casos, a parte mais desconhecida por aqueles que querem construir. Com isso, é alvo freqüente de não-conformidades quando as agroindústrias, já construídas, são inspecionadas pelas autoridades sanitárias/ambientais, seja na inspeção para autorização de início do processo de agroindustrialização ou nas inspeções fiscais de rotina ou periódicas.

Também será necessária a apresentação, junto ao órgão de aprovação municipal ou estadual do Projeto Ambiental, a apresentação das plantas do Projeto hidrossanitário completo juntamente com todos os demais laudos, memoriais e estudos sobre a implantação do empreendimento através da aprovação da LP (Licença Prévia), da LI (Licença de Implantação) e da LO (Licença de Operação) (FEPAM, 2010).

Todo este material escrito deverá ter uma pessoa responsável que emitirá uma ART (anotação de responsabilidade técnica) a qual será assinada juntamente com o contratante. As diferentes legalizações encontram-se necessárias descritas no Apêndice B.

3 METODOLOGIA

O local de execução do trabalho foi o município de São Lourenço do Sul – RS o qual foi escolhido por possuir uma elevada concentração de unidades agrícolas de produção de base familiar que estão inseridas no processo de agroindustrialização, e onde se desenvolve um Programa Municipal de Agroindústria Familiar Rural.

Com a intenção de analisar, a realidade através da verificação *in loco*, destas agroindústrias familiares foram realizadas visitas com aplicação de um questionário (Apêndice C), com perguntas direcionadas no sentido de um diagnóstico qualitativo.

Este diagnóstico abordou os seguintes aspectos: identificação, infra-estrutura e produtos produzidos, organização, composição da mão de obra, matéria prima principal para o processamento, informações sobre os produtos produzidos, comercialização, aspectos legais (legalizações sanitária, fiscal e ambiental), visão do futuro, cultura e formação.

O objetivo geral da aplicação do questionário foi o de identificar o perfil deste grupo de agricultores familiares quanto aos aspectos relacionados às suas condições sócio-econômicas, seus modos de produção e tipo de processamento. Também buscou-se identificar as necessidades deste segmento, a fim de formatar um roteiro para auxiliar a adequação das agroindústrias às normas existentes.

O período de aplicação do questionário foi entre março de 2012 a novembro de 2013, tendo como respondentes 27 agroindústrias familiares do Município de São Lourenço do Sul/RS, assistidas pela Emater do Município.

O questionário (Apêndice C) foi composto por 31 questões e estruturado de forma a caracterizar as agroindústrias, quanto a sua realidade.

Os dados obtidos por meio da aplicação do questionário, foram organizados e tabulados utilizando-se planilha eletrônica e para fins de análise as informações foram agrupadas em quadros e figuras.

Também se realizou uma pesquisa bibliográfica baseando-se em um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema “Agroindústria Familiar Rural” direcionado de forma comparativa para o âmbito local, do município de São Lourenço do Sul, que é revestido de importância por serem capaz de fornecer dados atuais e relevantes ao ser confrontada com o diagnóstico fornecido pelo questionário aplicado (Apêndice C).

A aplicação do questionário teve por objetivo obter informações que não sejam possíveis somente por meio da pesquisa bibliográfica e da observação. Assim, a entrevista como coleta de dados sobre o tema científico foi à técnica utilizada no processo de trabalho de campo. Com isso, se buscou recolher dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos foram obtidos também por meio de fontes secundárias tais como: documentos, censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos foram obtidos por intermédio da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

Para abranger a totalidade das variáveis a serem analisadas neste trabalho, realizou-se um estudo de caso, como forma de observação do contexto vivenciado pelos atores envolvidos no processo de produção. De acordo com André (1984) o estudo de caso é um termo amplo, incluindo uma família de métodos de pesquisa cuja decisão comum é o enfoque numa mesma instância, caracterizando-se por buscar a descoberta, enfatizando a interpretação do contexto, procurando representar os diferentes pontos de vista presentes numa situação social, usando uma variedade de fontes de informação, no sentido de retratar a realidade de forma completa e profunda.

Para Minayo (1994), nos processos do trabalho em campo é que são criados e fortalecidos os laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre o investigador e a população investigada, propiciando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas.

Ainda segundo este autor na observação participante, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos, passando a fazer parte ativa deles. A técnica de observação participante se realiza pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores

sociais em seus próprios contextos. A importância dessa técnica reside no fato de se poder captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. A observação também considera uma coleta de dados, para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade vivenciada pelos atores, para tanto realiza-se um trabalho de campo, onde se utilizam técnicas baseadas em um processo de observação participante.

A entrevista utilizada teve como foco e como base, a história de vida das pessoas envolvidas. Com relação à história de vida, a principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações (Boni & Quaresma, 2005). Ainda segundo estes autores a história de vida tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. Muitas vezes durante a entrevista acontece a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Esses relatos fornecem um material extremamente rico para análise podendo se encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

Quanto à formulação das questões, as perguntas foram realizadas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com certo sentido lógico para o entrevistado, conforme salientado por Boni & Quaresma, (2005).

Para a obtenção de resultados sobre o tema investigado, foram realizadas entrevistas junto aos atores do processo agroindustrial, as quais tiveram um roteiro pré-estabelecido, sendo formatadas em estudo de caso, da observação participante e da história de vida completa dos entrevistados. A entrevista teve um roteiro pré-estabelecido. Mesmo assim, aconteceram entrevistas piloto, de forma a aprimorar a forma de abordagem proposta.

Este formato da pesquisa gerou um diagnóstico que teve origem em um questionário (Apêndice C) sobre as agroindústrias familiares de São Lourenço do Sul/RS que será demonstrado a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir, são oriundos da aplicação do questionário (Apêndice C), estando separado de acordo com as perguntas realizadas aos agricultores.

O processo de análise iniciou com a identificação, se o processamento de alimentos vem a ser a principal atividade econômica da família. Os resultados obtidos encontram-se no quadro 1.

Dos vinte e sete estabelecimentos pesquisados dezoito, 67% do total, afirmaram que a agroindústria é a sua principal atividade econômica e nove (33%) responderam que possuem outras atividades como principal fonte de renda da família. Tal fato demonstra que existe uma tendência da agricultura familiar em ter como alternativa, para a venda de seus produtos, a agroindustrialização como fonte de manutenção e crescimento econômico. Esta tendência certamente vem a ser um fator importante na fixação de mais pessoas no meio rural evitando a migração para as cidades.

Isto vai ao encontro do que Abramovay (2007) relata, com relação a tendência de diversificação na produção e reprodução da agricultura familiar, através do processamento de produtos, tanto de origem animal, bem como, de produtos de origem vegetal, que serão disponibilizados aos mercados.

Quem ganha com isso, são os agricultores familiares, os consumidores que se abastecem desta produção e a sociedade em geral, através de uma oferta constante de produtos processados, que garanta a segurança alimentar deste segmento de entes envolvidos.

Quadro 1 - Distribuição do processamento como principal atividade ou não e alternativas a agroindustrialização.

Agroindústria como principal atividade	Agroindústria não é principal atividade	Atividade alternativa a agroindustrialização
01		
02		
03		
04		
	05	Bolsa de estudos dos filhos.
	06	Fumo, hortaliças e frutas.
07		
	08	Fumo.
	09	Cônjuge empregado fora da propriedade.
	10	Grãos e lenha.
11		
12		
13		
	14	Caminhão para transporte de fumo.
	15	Loja comercial na cidade
16		
17		
18		
19		
20		
	21	Caminhão para transporte de fumo.
22		
23		
	24	Caminhão para transporte de fumo.
25		
26		
27		
66,7%	33,3%	

Com relação ao local onde é realizado o processamento dos produtos das agroindústrias verificou-se que vinte estabelecimentos (74%) possuem um espaço específico para esta atividade. Sendo que, os que não possuem local específico quatro (15%) citaram que utilizam a cozinha da residência para a preparação dos produtos e três (11%) responderam que utilizam outras dependências como galpão, garagem e forno (figura 1).

Portanto, existe uma apreensão, por parte dos agricultores familiares, em terem um espaço e que seja adequado para o processamento, espaço este, que seja o mais apropriado possível, com relação a preocupação relacionada ao produzir com higiene.

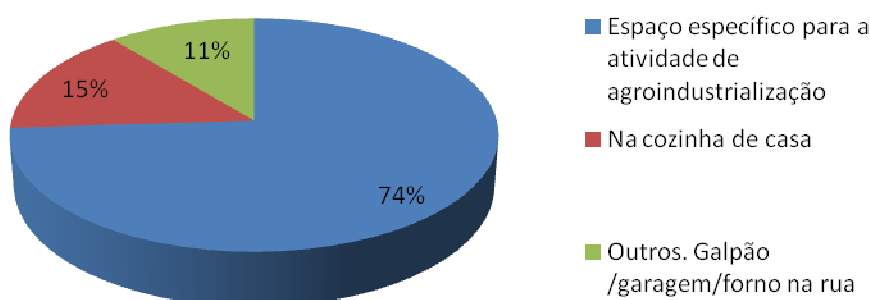


Figura 1 - Local usado para processamento dos produtos.

As vinte agroindústrias que têm um local específico para o processamento possuem uma construção rural que tende a estar de acordo com as normas sanitárias que definem este tipo de edificação. Portanto, estas pretendem se enquadrar dentro das normas de exigências para ter acesso ao mercado formal, enquanto nas demais isto não ocorre, por enquanto, visto que se encontram numa fase de aquisição de conhecimentos e experiências relacionados a processos produtivos, portanto, os produtos ali produzidos, momentaneamente, são direcionados ao mercado informal, confirmando o que escreveu (ANDERSSON 2011).

Também se procurou informações sobre o modo como são produzidas as matérias primas utilizadas. Os resultados demonstraram que a maioria das agroindústrias, ou seja, quinze (56%) utilizam matérias primas convencionais, que são aquelas produzidas com utilização de produtos químicos. Os agricultores que utilizam matéria prima que se encontra na fase de transição do convencional para o orgânico somaram três propriedades (11%) e os orgânicos nove (33%), estes resultados podem ser melhor visualizados na figura 2. Nota-se que ainda é significativa a quantidade de matéria prima tratada com produtos químicos. Isto está pertinente com os diferentes pontos de vista relacionados com a saúde dos trabalhadores. Os locais em que há preocupação com a saúde estão em transição ou já se encontram produzindo organicamente.

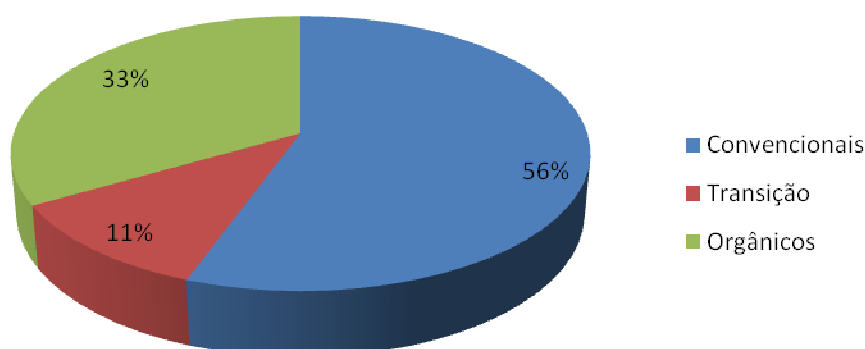


Figura 2 – Tipos de matéria prima utilizada.

Buscou-se também identificar qual a fonte de origem da água utilizada para a realização das atividades na agroindústria (figura. 3), obtendo-se como resultado que na maioria das propriedades, vinte e quatro (89%), a mesma é obtida por meio de cacimbas, no restante em uma propriedade foi citado o açude como principal fonte fornecedora de água. Também foram citadas, por duas propriedades, a utilização de outras fontes, como a água proveniente da CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento). Os locais pesquisados possuem nascentes de água tipo poço superficial, cuja vazão é compatível com a necessidade de água que será armazenada e utilizada em todo o processo de agroindustrialização diariamente.

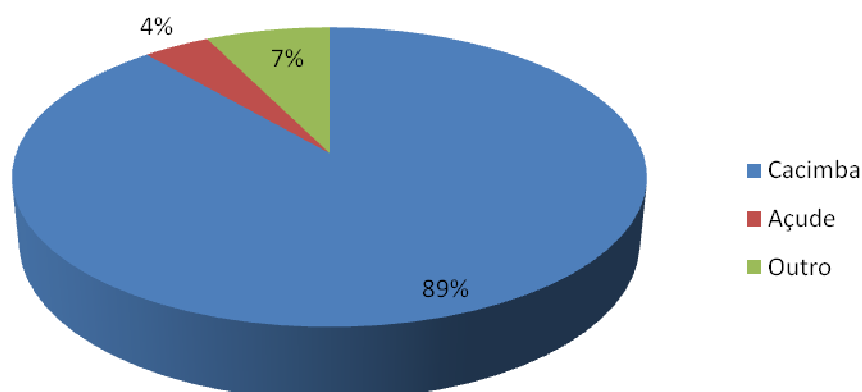


Figura 3 – Origem da água usada nas atividades do processamento.

Com relação a este tema, observou-se ainda que das agroindústrias pesquisadas, treze (48%) nunca realizaram análise da água, enquanto que 14 (52%) já realizaram e fazem este procedimento periodicamente. Portanto verifica-se que cerca da metade dos agricultores tem a preocupação em obter uma qualidade ideal da água para o processamento, embora a outra metade não demonstre isso. Verificou-se que aqueles que não realizam a análise da água, ou possuem poucos recursos financeiros para o pagamento desta análise ou acreditam que a água utilizada está em boas condições para consumo, pois no ingerir da família nunca houve problema algum.

Buscou-se identificar as categorias de produtos processados e os principais elaborados (quadro 2).

Quadro 2 – Categorias dos produtos processados nas agroindústrias de São Lourenço do Sul.

Produto de origem vegetal	Produto de origem animal
Panificados (cucas, bolachas, pães, biscoitos.)	Ovos - Entrepasto de ovos
Chocolate	Frango caipira - Matadouro Frigorífico
Geléias	Ganso- Matadouro Frigorífico
Conservas	Marreco - Matadouro frigorífico
Doces (em pasta, cristalizados)	Defumados lingüiças- Entrepasto de Embutidos de carne
Pé de moleque	Queijos - Entrepasto de laticínios
Melado	Cortes de frango- Entrepasto de carne
Rapaduras	Carne de bovino com osso
	Filé de Peixe

Observa-se uma grande variedade de produtos processados, tanto de origem animal quanto vegetal, demonstrando diversidade de oferta ao mercado. Esta diversidade de produtos oferecidos é uma característica da agricultura familiar, onde constantemente ocorre a busca por diferentes alternativas que garantam a segurança alimentar deste segmento de trabalhadores no meio rural.

O modo da organização das agroindústrias também foi avaliado. Observou-se que treze agroindústrias (48%) estão constituídas de forma familiar, dez (37%) como microempresa, três (11%) como grupo informal e uma (4%) em forma de cooperativa (figura. 4). Entende-se por forma familiar o grupo com grau de parentesco, grupo informal sem esta característica e vendendo seus produtos através do talão do

produtor e microempresa familiar ou informal aquela sem grau de parentesco e que possui nota fiscal. Observa-se que a maioria está organizada como forma familiar e microempresa num total de 85% das agroindústrias pesquisadas. Desta forma, existe a demonstração de que a família quer permanecer unida e ativa, possuindo como característica o relacionamento parental, com a possibilidade de transformarem-se em microempresa, demonstrando que não pensam em relacionamento com pessoas que não possuam laços de parentesco.

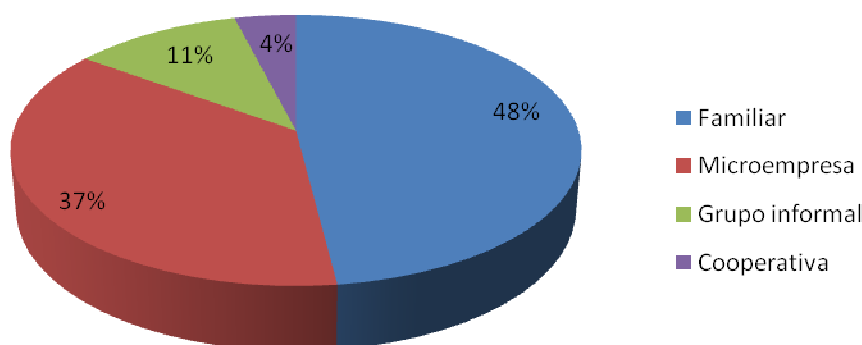


Figura 4 – Modo da organização das agroindústrias.

O número total de pessoas envolvidas na atividade, por ano, também foi determinado. Dentre as propriedades analisadas dezessete (63%) responderam que utilizam de 1 a 3 pessoas/ano, sete (26%) de 4 à 6 pessoas/ano, duas (7%) de 7 à 10 pessoas/ano e uma (4%) de 11 à 20 pessoas/ano (figura. 5). Portanto, observa-se que a maioria das agroindústrias 89,0% utiliza até 6 pessoas ao ano, devido a darem preferência à trabalharem com poucos recursos humanos, utilizando a relação de consangüinidade como principal característica e apresentarem uma baixa escala de produção.

Isto vai ao encontro do que Wesz Junior et al. (2008) escrevem, quando afirmam que a agroindústria familiar proporciona uma geração de emprego e evita o êxodo rural.

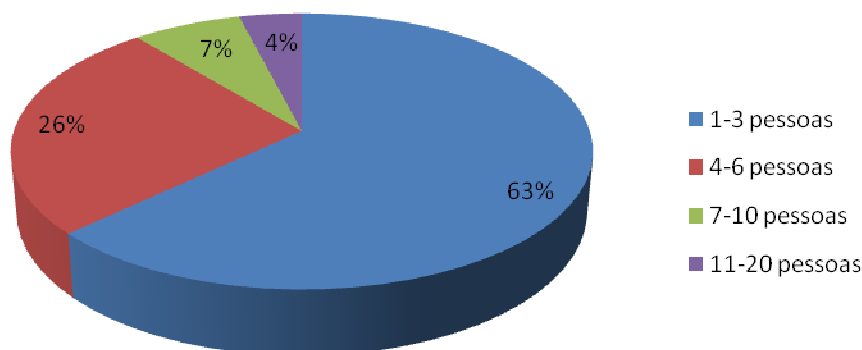


Figura 5 – Quantidade de pessoas envolvidas por ano na agroindústria.

Também foi identificado, se a matéria prima utilizada na agroindústria era produzida na propriedade ou adquirida (quadro 3). Verificou-se que em dez agroindústrias (37%) a matéria prima origina-se totalmente na propriedade, em 5 (19%) é adquirida totalmente de terceiros, e em doze (44%) a matéria prima utilizada é bastante variável, entre a quantidade própria e a adquirida de terceiros. As agroindústrias que produzem sua matéria prima e não compram de terceiros, estão satisfeitas com o volume de produção. As que apenas comprem de terceiros, por algum motivo, não tem condição de produzir esta matéria prima, enquanto as que produzem e comprem de terceiros, caracterizam-se por produzir um volume maior de produtos, não se limitando apenas a produção própria, em função da demanda do mercado.

De acordo com Menasche (2005), a organização da produção da matéria prima que deverá ser utilizada no processamento, possui uma importância fundamental na oferta de produtos prontos, para os diferentes mercados.

Dentro da agricultura familiar, as pessoas envolvidas, devem saber dividir o trabalho, de forma que, enquanto alguns estão produzindo a matéria prima, outros estão envolvidos no processo de agroindustrialização, conforme Sulzbacher et al., (2009), revalorizando, desta forma, as pessoas da família envolvidas, nos diferentes processos de produzir, processar e vender.

Quadro 3 - Origem da matéria-prima, em porcentagem.

Agroindústria	Própria (%)	Terceiros (%)
01	80	20
02	90	10
03	90	10
04	100	
05	100	
06	100	
07	100	
08	100	
09	2	98
10	100	
11		100
12	100	
13	100	
14	50	50
15	100	
16	70	30
17	20	80
18	100	
19		100
20		100
21		100
22	60	40
23	90	10
24	20	80
25	70	30
26		100
27	30	70

Para se verificar como as agroindústrias apresentam as informações dos seus produtos processados e prontos para a venda foram analisados a etiqueta, o rótulo, o código de barras, a tabela nutricional e a logomarca, quando presentes, os resultados encontram-se no quadro 4.

No entanto, alguns produtos processados, não apresentam nenhuma indicação, fixada na embalagem, que os distinga. No mercado informal é normal acontecer a venda de produtos, tanto de origem animal como produtos de origem vegetal sem nada que caracterize sua procedência.

Quadro 4 – Informações apresentadas nos produtos das agroindústrias.

Agroindústria	Etiqueta	Rótulo	Código de barras	Tabela nutricional	Logo marca
01	X				
02					
03		X	X	X	X
04	X				
05					
06					
07					
08	X				
09		X	X	X	X
10					
11		X	X	X	X
12	X				X
13					
14	X				
15	X		X		X
16	X		X		X
17	X		X	X	
18	X				
19	X			X	X
20	X			X	X
21					
22		X	X	X	X
23	X			X	
24		X	X	X	X
25	X				
26	X				
27	X				
Total	15	05	8	9	10

Através dos dados do quadro acima se observa que a etiqueta que pode ou não conter as informações de código de barra, tabela nutricional e logomarca encontra-se presente nos produtos finais de quinze agroindústrias, já o rótulo o qual contém a listagem completa com todas as informações exigidas sobre o alimento está presente nos produtos de apenas cinco agroindústrias, enquanto que o código de barras, cuja numeração viabiliza a captura automática dos dados por meio de leitura óptica, foi encontrado nos produtos de oito agroindústrias. Com relação, a tabela nutricional, cujas informações demonstram as porções de nutrientes existentes no alimento, esta foi encontrada nos produtos de nove estabelecimentos. Já a logomarca encontra-se presente nos produtos de dez agroindústrias. Portanto apenas cinco agroindústrias possuem produto com rótulo legalizado com todas as informações para a venda no mercado formal. Isto demonstra que o mercado informal é o mais utilizado, onde não existe a necessidade de certas informações sobre o produto oferecido. No entanto, sete agroindústrias, não apresentam

nenhuma identificação, fixada na embalagem, que distinga estes produtos colocados no mercado.

Para se saber onde são comercializados os produtos prontos buscou-se informações sobre os canais de comercialização os quais foram definidos como; feira, mercado institucional, cooperativa, propriedade, de casa em casa, estabelecimento comercial e intermediários. As informações obtidas foram organizadas no quadro 5.

Quadro 5 – Principais canais de comercialização dos produtos processados (%).

Agroindústria	Na propriedade	Feira	Estabelecimento comercial	Casa em casa	Cooperativa	Mercado institucional	Intermediário
01	100						
02		60	40				
03		40	60				
04		5		45	50		
05		40	60				
06	30	70					
07		80		20			
08		50	50				
09	60		40				
10	100						
11	10	40	50				
12	10	60		30			
13	20	40	15	10			15
14	100						
15	100						
16		20	80				
17	5	20	20	10	45		
18		80		20			
19	25		25	25			25
20		20			30	30	20
21	60		40				
22		30	20		50		
23	50					50	
24	40			60			
25	40	60					
26	30			70			
27	70		10	20			
Média %	31,5	26,5	18,9	11,5	6,5	3,0	2,2

De acordo com os dados obtidos neste quadro observa-se que a comercialização dos produtos é bastante variável sendo que cada agroindústria busca uma maneira diferente de fazê-la, não utilizando canais exclusivos para tal. A maior concentração de comercialização são as realizadas na propriedade, onde as

pessoas consumidoras vão até lá para comprar, seguida da comercialização nas feiras livres como concorda Anjos et. al., (2005), estabelecimentos comerciais e de casa em casa, pela ordem.

Observou-se também que apenas duas conseguem acessar o mercado institucional (PAA e PNAE), mercado este onde as compras de gêneros alimentícios são realizadas pelos governos, fato este que demonstra a preferência da maioria pelo mercado informal, entretanto se utilizam também de outras formas de comercialização, quais sejam cooperativa e intermediários.

Outro fato importante é que somente quatro agroindústrias utilizam a cooperativa para comercializar seus produtos, o que pode significar uma falta de organização e de maior inserção neste tipo de objetivo.

Também se verificou que dezessete agroindústrias comercializam exclusivamente na propriedade, desta forma pode-se inferir que estão satisfeitos com a forma de vender o produto, pois não precisam sair de casa. O comprador vai até eles.

Observa-se ainda que a comercialização na propriedade, feiras livres e de casa em casa é responsável por 69,5% do total das formas de comercialização dos produtos, demonstrando que este tipo de mercado é informal, sendo característico da agricultura familiar.

Em estabelecimentos comerciais, tais como supermercados, mercados pequenos e médios a comercialização dos produtos é de 18,9% enquanto que em cooperativas, mercados institucionais e intermediários é de apenas 11,7% demonstrando que estes canais não são tão acessados, devido a falta de interesse ou de oportunidades, das famílias envolvidas neste processo.

Também buscou-se obter dados e informações sobre aspectos legais, como se as agroindústrias atendem as legislações sanitária, fiscal e ambiental.

Os dados obtidos apresentam que do total de agroindústrias pesquisadas (27), quatorze, ou seja, 52% encontram-se legalizadas sanitariamente, conhecendo, portanto todos os requisitos e exigências construtivas necessárias. A maioria destas se enquadra no SIM (Serviço de Inspeção Municipal) comercializando seus produtos apenas dentro do município, visto que desta forma a exigência solicitada vem a ser menor, também com menor custo de implantação, quando comparada com as necessidades para atender a legislação Estadual ou Federal. No entanto, treze, ou seja, 48% encontram-se sem legalização sanitária. Estas não possuem fiscalização

do município dentro da área sanitária de atuação, pois não possuem uma planta da agroindústria aprovada para esta finalidade.

Com relação a legislação fiscal observou-se que dez agroindústrias (37%) comercializam seus produtos com nota fiscal de microempresa, quatro (15%) por meio do talão do produtor e uma (4%) por meio de nota de cooperativa. Entretanto doze agroindústrias (44%) não possuem nenhum procedimento fiscal, vendendo seus produtos processados, apenas no mercado informal. Portanto verificou-se que doze % das agroindústrias, por enquanto, estão satisfeitas com a venda de seus produtos no mercado informal.

Em relação à legalização ambiental observou-se, que de 27 das agroindústrias pesquisadas 74%, ou seja, vinte estabelecimentos não possuem ou nunca solicitaram legalização ambiental. Isto demonstra que estas agroindústrias não possuem projeto ambiental aprovado em relação à retenção e tratamento de seus resíduos, líquidos e sólidos não comestíveis, o que pode estar levando, ou não, as mesmas a estarem poluindo o ambiente.

Uma análise geral com relação aos aspectos legais permite inferir que a maioria dos empreendimentos não possui legalização sanitária, fiscal e ambiental. Com relação a estes três tipos de legalizações, verificou-se que 48% das agroindústrias familiares não possuem legalização sanitária, não existindo projeto arquitetônico com aprovação por órgão público de fiscalização, não sabendo se existe ou não contaminação cruzada em função da direção do fluxo da matéria prima, desde sua entrada na agroindústria, até sua expedição. Também observou-se que 44% destas trabalham sem instrumento tributário/fiscal, portanto, vendendo seus produtos no mercado informal e 74% não possuem legalização ambiental onde neste caso, não existe projeto ambiental aprovado pelo órgão público de fiscalização, portanto as mesmas podem estar contaminando, ou não, o meio ambiente, pelo não tratamento e descarte dos resíduos líquidos e sólidos.

Procurou-se também identificar qual a principal dificuldade enfrentada para desenvolver a atividade (figura. 6). Os dados obtidos demonstram que existem três fatores principais que são; recursos financeiros, estabilidade da energia elétrica e a falta de informações para a implantação de um empreendimento, perfazendo um total de 76,8% dos entraves dificultadores do desenvolvimento das agroindústrias. As pessoas responsáveis pelas agroindústrias relataram serem estas três as principais dificuldades enfrentadas para se desenvolver.

Outros fatores dizem respeito a dificuldades para obtenção de embalagens de vidro, qualificação dos trabalhadores e falta de turistas.

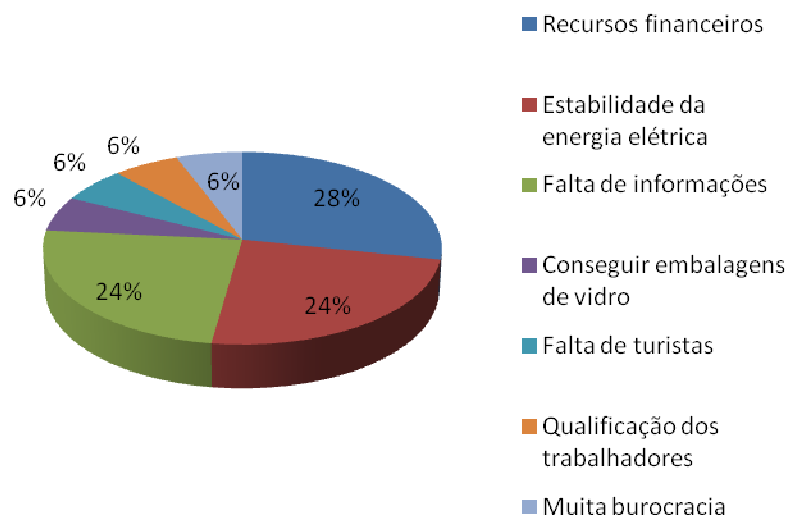


Figura 6 - Principais dificuldades para implantação de uma agroindústria.

Buscaram-se também informações sobre qual a área em que necessitam de maior suporte. Foram dadas várias respostas sendo a falta de suporte nas legalizações sanitárias, fiscais e ambientais, a disponibilidade de energia elétrica, a necessidade de recursos financeiros, e auxílio na confecção de rótulos, a propaganda e a comercialização as mais citadas. Menos citadas foram a assistência técnica e o turismo. Observa-se assim que a agroindústria familiar é muito carente de um suporte técnico mais abrangente o qual vai lhe permitir melhor e maior produção, com geração de renda e inclusão social. Estes dados são melhor observados na figura 7.

Isto vai ao encontro de Andersson & Andersson (2010) e Caruso & Anjos (2007), onde foi constatado que os diferentes tipos de licenciamentos, para as agroindústrias familiares, é bastante complexo, pois as exigências são baseadas em grandes firmas de agroindústria patronal, tornando quase inviável este tipo de agroindustrialização familiar, quando da tentativa de formalizar, para os diferentes mercados existentes, a sua produção de produtos processados.

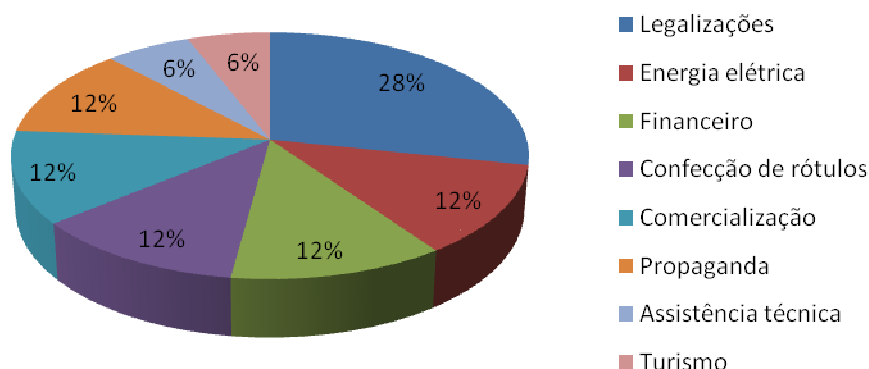


Figura 7 - Áreas que faltam suporte ao desenvolvimento das agroindústrias.

Com relação ao tempo que os produtores desenvolvem as atividades de agroindustrialização, observou-se que das vinte e sete agroindústrias familiares pesquisadas, onze (40%) desenvolvem esta atividade entre 6 a 10 anos. Sendo que empreendimentos com idade entre 1 e 5 anos e entre 11 e 15 anos, perfazem 24% cada um com relação ao total de agroindústrias. Empreendimentos mais antigos, com 16 a 20 e 21 a 25 anos de atividade, são responsáveis por 12% do total das agroindústrias pesquisadas. Isto demonstra que a atividade dentro do contexto de informalidade e falta de legalizações se sustenta ao longo do tempo.

Procurou-se também informações sobre o motivo que levaram os produtores a começar o desenvolvimento da atividade referente à agroindústria. Muitos motivos foram citados como definidores para o início do processo de agroindustrialização (figura 8). Ter um produto diferenciado foi o principal fator motivador. Também foram citados a necessidade de se ter alternativas de mercado, a possibilidade de agregar maior valor ao produto e a possibilidade de aumentar as vendas. Menos citados foram manter a tradição familiar, problemas de saúde, fazer o que gosta e casualidade. Desta forma nota-se que os motivos são bem variáveis, com predomínio em ter um produto diferenciado, que agregue valor e com isso ter mais alternativas com possibilidades de aumentar as vendas para o mercado.

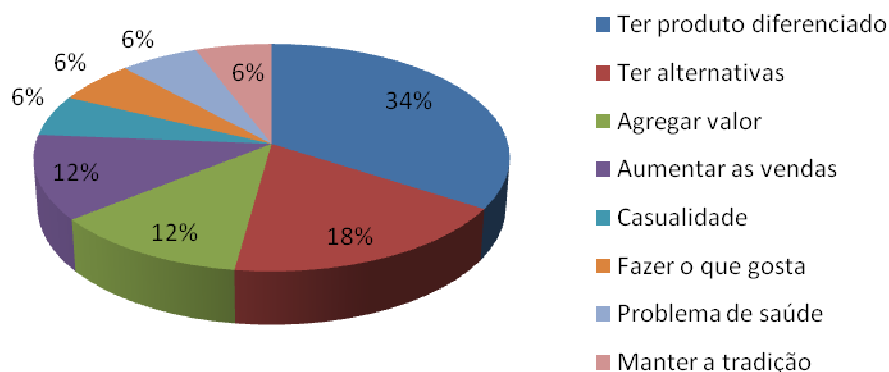


Figura 8 - Motivo de desenvolver a atividade de agroindustrialização.

Buscaram-se ainda informações sobre onde e como o agricultor adquiriu conhecimento para desenvolver a atividade (figura 9). A figura 9 apresenta as informações de que quase a metade das agroindústrias afirmou que o conhecimento veio através das gerações anteriores, passando de pai para filho e foram desenvolvendo e melhorando os processos de agroindustrialização conforme o trabalho específico praticado. Isto remete a idéia do saber fazer, conforme Kiyota (2007).

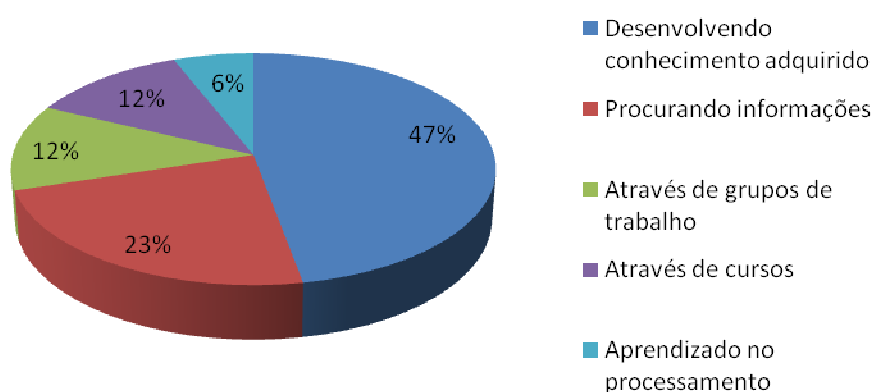


Figura 9 – Onde adquiriu o conhecimento para realizar a atividade.

Referente à maneira de realização do processamento também foi pesquisada.

Dentre as agroindústrias analisadas, dezenove (71%) afirmaram que os procedimentos de agroindustrialização hoje são bem diferentes de anos anteriores, desta forma verifica-se que o agricultor está procurando obter conhecimentos que lhe permitam um melhor desenvolvimento de seu produto, fazendo com que este se diferencie em relação aos produtores que ainda utilizam os métodos tradicionais.

Procurou-se verificar também se as agroindústrias possuem ou não assistência técnica que auxilia o desenvolvimento da atividade.

A maioria (74%) afirmou possuir assistência técnica para desenvolver a atividade, por parte da EMATER, CAPA e SEBRAE. Na região estudada observou-se que os agricultores familiares possuem assistência técnica, mas não é um fator determinante para o desenvolvimento da atividade, visto que esta assistência é pensada e direcionada para estimular um melhor modelo de processamento e que esteja dentro dos padrões de exigência do mercado.

Um adequado processamento depende da formação continuada através de cursos de boas Práticas de Fabricação. Procurou-se informações sobre quais as que já tinham participado deste processo. Os resultados demonstraram que a maioria destas, 56%, já havia realizado curso de boas práticas de fabricação, no entanto isto por si só não vem a ser um fator determinante para a melhoria dos processos de agroindustrialização, visto que, a melhoria da atividade se dá por meio da constante procura de informações e o desenvolvimento individual de cada um.

Foi perguntado sobre se os proprietários das agroindústrias e seus familiares haviam participado de outros cursos de formação, tais como aqueles relacionados com uma melhor gestão do empreendimento (administração, contabilidade, leis trabalhistas, microempresa, etc.), melhor conhecimento de mercado, visibilidade do ponto de venda, evolução técnica das máquinas e utensílios, melhoramento da agroindustrialização, melhoria da infra-estrutura para as edificações e adequação as normas técnicas vigentes.

Desta forma, perguntou-se aos agricultores se haviam participado de algum curso de formação, sendo que a maioria, 71%, respondeu positivamente ao questionamento.

Das agroindústrias pesquisadas, dezenove tiveram pessoas freqüentando cursos de formação dentro da área de atuação, ou seja, cursos principalmente sobre panificados, doces, queijos e rapadura.

Também perguntou-se a quanto tempo haviam participado de um curso de formação, obtendo-se como resposta que quase metade (49%) havia participado de um curso de formação há mais de cinco anos, sendo que as respostas para há mais de 2, 3 e 4 anos apresentaram o mesmo percentual de distribuição, ou seja, 17% cada. Estes cursos são demandados pelos agricultores familiares em função de suas necessidades de adquirir conhecimento bem como oferecidos pelos órgãos de assistência dentro de suas disponibilidades técnicas de pessoas que tenham conhecimento sobre o assunto.

Analisando-se os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário pode-se sintetizar as informações da seguinte forma:

As propriedades familiares do Município de São Lourenço do Sul possuem a agroindustrialização como a principal atividade no desenvolvimento de seus trabalhos, sendo este realizado em um espaço específico, com utilização de matérias primas produzidas de modo convencional. A água utilizada normalmente provém de um poço superficial (cacimba), sendo que aproximadamente a metade realiza análise desta água, porém de forma esporádica.

A matéria prima processada é tanto de origem vegetal como animal, de produção própria, organizada na maioria dos casos como atividade familiar, sendo que a média geral do número de recursos humanos envolvidos é de 3,5 pessoas/ano.

Os produtos prontos são apresentados aos seus consumidores na sua maioria sem maiores informações constando na embalagem apenas com o uso de etiquetas. São direcionados normalmente para o mercado informal, em razão disto, grande parte não possui a legalização sanitária, tributária/fiscal e ambiental.

As principais dificuldades para a implantação das agroindústrias são a falta de informações sobre os diferentes tipos de legalizações, a instabilidade da energia elétrica no meio rural e os recursos financeiros, na maior parte dos casos, entre seis a dez anos de processamento, sendo que o que os levou a desenvolver a atividade foi à necessidade de obter um produto diferenciado, aumentando o número de alternativas de produção.

Os agricultores contam com assistência técnica, e muitos realizaram curso de boas práticas de fabricação, entretanto não buscam maior especialização e conhecimento visto que a maioria afirmam terem feito o último curso a mais de cinco anos.

Fez-se também um levantamento das necessidades de apoio direto aos agricultores familiares, no sentido de melhorar a situação diagnosticada. Estas necessidades foram divididas da seguinte forma:

- Energia elétrica estável, que possibilite investir na atividade de agroindustrialização: deve haver preocupação do poder público em apresentar projetos que levem as companhias de energia elétrica, no caso de São Lourenço do Sul, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) a contemplar um correto dimensionamento, instalação e manutenção da rede de energia elétrica disponível, para o meio rural.

- Apoio na área das legalizações por meio de uma maior disponibilidade de informação: como alternativa, poderia ser criado dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR) do Município, um setor específico para centralizar as informações necessárias sobre legalizações sanitárias, ambientais e tributária/fiscal, no sentido de auxiliar o produtor agrícola familiar, na montagem do projeto de agroindústria.

- Apoio com relação a regularização sanitária e ambiental: a mesma secretaria citada anteriormente poderia contar com uma equipe técnica no sentido de fornecer elementos, com a finalidade da elaboração de projetos de construções rurais específicas para agroindústrias familiares de acordo com a legislação ambiental vigente.

- Captação de recursos financeiros para investimentos e capital de giro: a SMDR também poderia apoiar os produtores juntamente com órgãos do Governo Estadual como EMATER a fornecer informações de como captar recursos para financiamentos, orientando os produtores quanto à melhor forma de obtê-los.

- Proporcionar cursos de formação na área de agroindustrialização e boas práticas de fabricação: isto pode ser feito através de parcerias do poder público com as entidades, agricultores e universidades, em função da demanda dos agricultores familiares.

- Avaliação da qualidade da água utilizada nas agroindústrias: deveria haver um programa municipal destinado a fazer, de forma periódica, a avaliação da qualidade da água das agroindústrias, o que poderia ocorrer por meio da realização de convênio com o órgão estadual de águas (Companhia Rio-grandense de Saneamento - CORSAN).

- Elaboração de rótulos para os produtos finais processados: estas ações poderiam ser coordenadas pela SMDR com apoio da EMATER e EMBRAPA.

- Estimular uma mudança gradativa da produção da matéria prima, a fim de certificá-los como produtos ecológicos: ação que poderia ser apoiada por entidades como CAPA e EMATER, proporcionando desta forma a estimulação ao consumo destes produtos com maior agregação de valor aos mesmos e respeito a saúde.

- Proporcionar às agroindústrias familiares a possibilidade de vender seus produtos ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e supermercados, isto será possível quando as agroindústrias contarem com projetos que atendam a todas as legislações.

A identificação da real importância do processamento para as propriedades agrícolas familiares, geradas e listadas pela aplicação do questionário, transmitiu a idéia da necessidade em sistematizar e disponibilizar, de forma correta, as informações de como conseguir os devidos licenciamentos.

Com a realização do diagnóstico, surgiram informações que não estavam descritas claramente, referentes ao conhecimento das condições reais de como se encontram as agroindústrias familiares de São Lourenço do Sul. Portanto, complementou-se este trabalho, com a formatação do Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul (apêndice A), e de uma Cartilha (Anexo A).

O Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul-RS, conceitua o que se entende por agroindústria familiar, esclarecendo sua importância no contexto por meio da descrição dos objetivos que se pretende alcançar, demonstrando sua preocupação com estímulos e oportunidades pretendidas, por meio do compromisso dos agricultores familiares e os diferentes apoios que este programa irá disponibilizar para que estes tipos de empreendimentos firmem-se como iniciativas promissoras de inclusão social, econômica, cultural e ambiental.

A cartilha, remete à idéias de esclarecimentos e de apoio à agroindustrialização familiar local, resgatando tópicos de incentivo no desenvolvimento do processamento, passando por uma abordagem sistêmica com vistas à qualidade dos produtos produzidos e sua consequente indução na transformação voltada para aspectos legais e sua futura comercialização dentro de uma gestão participativa dos entes envolvidos.

Portanto, para que os resultados sejam promissores se faz necessário existir dentro da Prefeitura, um local específico, com pessoas que tenham domínio do assunto sobre agroindustrialização familiar e que possam repassá-lo aos agricultores.

5 CONCLUSÕES

Com relação aos objetivos descritos anteriormente, temos que:

Para 67% das propriedades agrícolas pesquisadas a agroindústria é a principal atividade econômica.

Em 74% das propriedades existe espaço específico para a atividade de agroindustrialização, estando em sua grande maioria de acordo com as normas sanitárias que definem este tipo de edificação.

Com relação a estrutura organizacional das agroindústrias familiares, a característica é a da forma familiar e microempresa, num total de 85% das agroindústrias pesquisadas. Eles priorizam o relacionamento baseado no parentesco existente e a consangüinidade.

O formato da composição dos envolvidos no trabalho é demonstrado por ser um pequeno número de pessoas por empreendimento, sendo que 89% das agroindústrias utilizam até 6 pessoas/ano. Como a produção é pequena, o ingresso de mais pessoas no trabalho, é dado em função do surgimento, da necessidade de um aumento gradativo da produção, demandada pelo mercado.

A identificação das matérias primas utilizadas no processamento remete a ideia de que existe a necessidade de serem produzida dentro da propriedade, já que em 37% das agroindústrias a matéria prima origina-se na propriedade e em 44% a matéria prima utilizada é tanto própria como adquirida de terceiros. Eles priorizam ter a quantidade necessária de matéria prima produzida pela própria família e não depender de terceiros.

As informações sobre os produtos colocados no mercado são apresentadas na sua grande maioria, por meio de etiquetas sem código de barras, tabela nutricional e logomarca..

A comercialização dos produtos processados é realizada no mercado informal.

Com relação as legalizações a grande maioria encontram-se trabalhando sem as mesmas. Sendo que 52% encontram-se legalizadas sanitariamente em nível municipal, 44% não possuem nenhum procedimento fiscal e 74% não possuem legalização ambiental.

Três fatores principais dificultam o desenvolvimento das atividades pelas agroindústrias que são: recursos financeiros; estabilidade da energia elétrica e a falta de informação para a implantação do empreendimento.

A aptidão e o conhecimento dos envolvidos, está constantemente em evolução, 56% dos entrevistados já realizou curso de boas práticas de fabricação e 71% participou de cursos de gestão do empreendimento.

Com base nos resultados obtidos verifica-se que as agroindústrias familiares da região de São Lourenço do Sul – RS se encontram numa situação de carência em determinadas áreas, necessitando de alternativas e soluções para os problemas existentes.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 296 p.

ANDERSSON, F. S. ANDERSSON, N. L. M. **A Segurança Alimentar Promovida por Agroindústrias Familiares através de Condicionantes do Licenciamento Ambiental Municipal**. 3º Simpósio de Segurança Alimentar, Florianópolis/SC 2010.

ANDERSSON, N. L. M. **Seleção de Tratores Agrícolas Adequados à Agricultura Familiar**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas (2010).

ANDERSSON; N. L. M. MACHADO; A. L. T. FERREIRA; M. F. **Agroindústria Familiar, do Anonimato à Legalização** XX Congresso de Iniciação Científica. III Mostra Científica. UFPEL. Anais 2011.

ANDERSSON; N. L. M. FERREIRA; M. F. MACHADO; A. L. T. GOMES; M. C. **Panorama da Agroindustrialização em Propriedades Agrícolas Familiares no Município de São Lourenço do Sul-RS** CONAITEC Congresso Agropecuário Industrial e Tecnológico do Paraná Anais 2012 a.

ANDERSSON; N. L. M. FERREIRA; M. F. GOMES; M. C. **Comparativo entre as Agroindústrias Familiares do Estado de Santa Catarina e as de São Lourenço do Sul-RS** XIV ENPOS – UFPEL Anais 2012 b.

ANDRÉ, Marli. **Estudo de caso: seu potencial em educação**. In: Cadernos de pesquisa Fundação Carlos Chagas: Nº 49, Ed. Cortez, 1984, p. 51-54;

ANJOS, Flávio Sacco dos. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Masaranduba (SC)**/Flávio Sacco dos Anjos – Pelotas: UFPEL/Editora Universitária, 1995, 170 p.

ANJOS, Flávio Sacco dos. GODOY, Wilson Itamar. CALDAS, Nádia Velleda. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização; perspectivas e tendências**/Pelotas; Editora e Gráfica Universitária, 2005. 195 p.

BEDUSCHI & ABRAMOVAY. **Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais**. Nova Economia – Belo Horizonte 14 (3) 35 – 70 setembro – dezembro de 2004.

CLÁUDIO BECKER, FLÁVIO SACCO DOS ANJOS **Conciliando a Fome com a Vontade de Produzir: A Transversalidade nas Políticas Públicas** ACTA Geográfica, Boa Vista, v.6, n. 11, jan/abr. de 2012 pp.07-21.

BÉLIÈRES et al., **Quel avenir pour les agricultures familiales d’Afrique de l’Ouest dans un contexte libéralisé ?**, CIRAD-TERRA, Montpellier, 2002. Disponível em: <<http://www.gret.org/ressource/pdf>>. Acesso em: 12/12/2010.

BITTENCOURT, G. A; BIANCHINI, V. **Agricultura Familiar na região sul do Brasil**. Consultoria UTF/036 – FAO/INCRA, 1996.

BONI, V.; QUARESMA, J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Em Tese Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n.º 1(3), p. 68-80, 2005.

CAPA - Agroindústria Familiar Rural, contribuições para o desenvolvimento agroecológico. 2007.

CARUSO, C. de O. ANJOS, F. S. dos. **Agroindústria Familiar no Extremo Sul Gaúcho: Limites e Possibilidade de uma Estratégia de Reprodução Social. XVI CIC e X ENPOS**. Conhecimento sem Fronteiras. 27 28 e 29 de novembro de 2007.

CHAYANOV; A. V. **La organización de la unidad económica campesina** Ediciones Nueva Visión Buenos Aires 1974.

CONCEIÇÃO, Osmar A. **A pequena agroindústria familiar e sua necessidade de informação**: Estudo de caso em micro e pequenos empreendimentos rurais. Florianópolis, Instituto Cepa/SC, 2002. 38p.

CORTEZ, G; <<http://www.com/.../agricultura-familiar-faz-uma-revolucao-no-campo-e-garante-inflacao-baixa-dos-alimentos>> Acesso em: 11/11/2010.

DIPOA/DDA/SAP . Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal/Departamento de Defesa Agropecuária/Secretaria de Agricultura e Pecuária - DIPOA/DDA/SAP (1999-2000)

FAO/INCRA (1994) **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <<http://www.rlc.fao.org/es/desarrollo/gasto/2005-2/tcpbra>> Acesso: em 28/07/2010.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM (2010).

GUANZIROLI, C. E., ROMEIRO, A., BUAINAIN, A. M., Di SABBATO, A. E

BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

IBGE, 2006. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em: 28/08/2010.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica**. Brasília: INCRA/FAO, Fev. 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>

KAEFER; C. G. Agroindustrialização, **Uma Alternativa de Renda para Agricultura Familiar** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômica, Departamento de Ciências Econômicas, Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. Camargo 2011.

KAUTSKY; K. **A Questão Agrária** 3ª edição Proposta Editorial 1980.

KIYOTA, N. **A Representação dos Agricultores Familiares em Espaços Institucionais de participação social no sudoeste do Paraná**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Ciências Econômicas Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Porto Alegre(2007).

MARIN, M. Z e TRENTIN, C. E. G, **Desenvolvimento Rural: Análise das Agroindústrias Familiares de Campinas do Sul – RS** Perspectiva, Erechim v 34, n° 127 setembro de 2010.

MDA. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Brasília: MDA 2010.

MENASCHE, Renata. **A multifuncionalidade da agricultura à mesa: hábitos alimentares e produção para auto consumo, identidade e estratégias de reprodução social de famílias rurais**. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar, 2005 São Luiz Gonzaga Anais UFRGS 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 24ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MIOR, L. C. **Trajetórias das Agroindústrias Familiares Rurais no Estado de Santa Catarina** (Brasil), IV Congresso Internacional de La Red SIAL. Argentina, Mar Del Plata, 27 al 31 de Octubre de 2008.

NOGUEIRA, E. **Distribuição obriga atacado a mudar**. Agriannual 2000. p. 30 – 32.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 17, p. 332-378, 2009.

PORTO, Victor Hugo da Fonseca. **Agricultura familiar na zona sul do Rio**

Grande do Sul: caracterização sócio-econômica. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2002. 93p.

P.M.S.L.S - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL
<http://www.saolourencodosul.rs.gov.br> acesso em 19/09/2013.

PROGRAMA ESTADUAL DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR disponível em:
<http://www.sdr.rs.gov.br/upload/> acesso em 11/11/2013

PMAFSLS. Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul/RS - PMAFSLS/RS 2013.

SANTOS, Renato Cougo dos; FERREIRA, Cezar Henrique; **Caracterização de Agroindústrias Familiares localizadas na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.** Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, v2, n.1/2, jan/ago 2006.

SCHNEIDER, SERGIO. GAZOLLA, MARCIO. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais/ Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.

SULZBACHER, A. W. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, PP. 1 – 25 **Agroindústria Familiar Rural: Caminhos para Estimar Impactos Sociais.** Universidade de Santa Maria (2009).

SULZBACHER, A. W. NEUMANN, P. S. **O Social E Suas Dimensões Em Agroindústrias Familiares Rurais** Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.21, n.3, jul./set. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999. (Capítulo 1) p. 23-56.

WESZ JUNIOR, V. J, TRENTIN, I. C. L, FILIPPI, E. E, **Os reflexos das Agroindústrias Familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil.** IV Congreso Internacional de la RedSIAL Argentina/Mar del Plata 27 a 31 de outubro de 2008.

Apêndices

Apêndice - A

PROGRAMA MUNICIPAL DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS.

AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL é entendida como qualquer atividade econômica, tendo como gestor, o (a) agricultor (a) Familiar, e que favoreça a agregação de valor a produtos de origem animal ou vegetal, provenientes de explorações de base familiar: pecuárias, agrícolas, aquícolas e extrativistas, compreendendo a sanidade da matéria prima, desde o seu local de origem, até a chegada na Agroindústria, onde será realizada, dependendo do tipo de cada matéria prima, a limpeza, classificação, seleção, processamento, industrialização, envasamento, pesagem e rotulagem, com uso ou não de frio/calor, para seu armazenamento e futura expedição/venda, dentro das normas sanitárias e ambientais e de Boas Práticas de Fabricação.

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL também pode ser entendida como uma unidade de processamento de alimentos localizados nas propriedades rurais ou nos aglomerados rurais próximos. Geralmente é de propriedade de agricultor familiar, individualmente ou em grupo. As tecnologias adotadas são simples, procurando observar sua adequação e/ou adaptação, principalmente em relação ao seu custo e quantidade de produtos industrializados. Essas unidades constituem um ambiente favorável ao resgate de saberes e práticas tradicionais. A matéria prima processada na agroindústria é produzida pelos agricultores individualmente ou em associações, sendo também adquirido de outros agricultores de forma complementar. A força de trabalho utilizada para a realização das atividades produtivas, assim como seu gerenciamento, pertence majoritariamente às famílias proprietárias. Esses estabelecimentos interagem com os mercados, gerando renda para as famílias envolvidas.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL?

É fato que a maioria das agroindústrias surge à margem dos processos legais e comercializa seus produtos de forma experimental, sendo esta fase, um período

importante de aprendizado e aquisição de experiência na atividade. No entanto, quando o processamento deixa de ser uma atividade ocasional e passa a ter outro papel no sistema de produção familiar, os agricultores tendem a dar mais um passo e procurar os meios de formalizar a sua produção. Esta produção poderá ser através de alguns produtos processados, com uma receita caseira que resgate o saber fazer, a qual é repassada de geração para geração, dentro do conhecimento ligado a parte cultural de uma região. Esta agroindustrialização poderá ter uma fiscalização municipal, estadual ou federal, caso a matéria prima seja de origem animal. Poderá ter uma fiscalização a nível municipal se a matéria prima for de origem vegetal e terá uma fiscalização federal caso o produto final seja suco ou vinho. Desta forma os produtos processados terão o respaldo de uma fiscalização que irá garantir um produto final de qualidade a ser adquirido pelos consumidores em geral.

A Agroindústria Familiar Rural tende a oferecer um potencial muito grande de desenvolvimento para os agricultores de base familiar com a visualização de iniciativas que tragam retorno econômico, social, ambiental, cultural, ético e político, identificados com o próprio local de trabalho de cada agricultor individual ou em grupo, tais como associações, comunidades e Cooperativas, quer seja:

- a) Pela descentralização da produção e do desenvolvimento local;
- b) Pela redução do custo do transporte da matéria prima;
- c) Pela facilidade em tratar dejetos, em função do tamanho da área rural;
- d) Pela possibilidade em gerar postos de trabalho e renda, envolvendo mais pessoas da família;
- e) Pela diminuição do êxodo rural;
- f) Pela possibilidade da integração com outros projetos de desenvolvimento dentro da propriedade agrícola familiar;
- g) Pela possibilidade de crescimento da economia local.

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

Apoiar a inclusão dos Agricultores Familiares num processo que possibilite agroindustrializar e comercializar produtos característicos deste segmento, agregando valor, gerando renda, oportunizando espaço para o trabalho, aumentando a satisfação individual e coletiva de comunidades, associações e cooperativas de Agricultores Familiares, através da Assistência Técnica para

consolidação de iniciativas em Agroindústrias Familiares como estímulo aos arranjos produtivos locais do Município de São Lourenço do Sul. Identificar as percepções dos atores (produtores, técnicos, consumidores e agentes públicos) envolvidos no Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul, em relação aos condicionantes da Agroindustrialização da produção de base familiar, com relação à diversificação e agregação de valor.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1- Apoio aos agricultores de base familiar no acesso ao Programa Municipal de Agroindústria Familiar;

2- Estabelecer parcerias que forneçam apoio aos projetos técnicos de Licenciamento Sanitário. Licenciamento Ambiental e Licenciamento Tributário/fiscal, para a Legalização e Instalação de Agroindústrias Familiares Rurais no Município. Quando se trata de legalização é importante identificar que a expressão engloba processos distintos. Os principais são: legalização tributária/fiscal, ambiental e sanitária. A tributária/fiscal está relacionada ao instrumento legal (notas) utilizando para comercializar os alimentos prontos para o consumo e conseqüentemente a arrecadação dos tributos. A legalização ambiental trata do registro ambiental do empreendimento junto aos órgãos competentes, que visam diminuir os impactos ambientais dos estabelecimentos. A legalização sanitária se refere ao registro sanitário do local de recepção da matéria prima (tanto de origem animal ou vegetal), de sua industrialização/processamento e armazenamento, o que permitirá, portanto, comercializar os alimentos.

3- Criar meios de potencializar facilidades ao acesso de crédito destinado às Agroindústrias Familiares;

4- Apoiar no desenvolvimento de processos de capacitação em gerenciamento, processamento e venda da produção;

5- Disponibilizar e oferecer meios de utilização de tecnologias e conhecimento de tipos de equipamentos a serem utilizados nos diferentes processos de agroindustrialização.

6- Oferecer informações sobre legislação sanitária (SIM, SIE, SIF), legislação ambiental (municipal e FEPAM) e legislação fiscal/tributária.

7- Esclarecimento e apoio no projeto de infra-estrutura básica para as edificações das diferentes agroindústrias, com relação a croquis, plantas e memoriais necessários;

8- Esclarecer e apoiar no processo do registro das Agroindústrias Familiares, com relação a parte burocrática;

9- Apoiar na participação das Agroindústrias Familiares em feiras, exposições e na forma de divulgação do produto;

10- Esclarecimento na confecção e encaminhamento para aprovação de rótulos;

11- Desenvolver um instrumento de monitoramento para avaliação local do Programa de Agroindústria Familiar Rural em conjunto com os gestores deste programa.

12- Analisar as relações existentes entre os condicionantes do Licenciamento Fiscal, Ambiental e Sanitário que norteiam a execução dos projetos, com as reais necessidades dos produtores deste mercado;

13- Avaliar as condições de aberturas de novos postos de trabalho, dentro da propriedade rural, estimulando um maior envolvimento de pessoas no entorno da agroindústria;

14- Determinar os pontos de entraves que desestimulam a implantação dos projetos em agroindustrialização;

15- Identificar as percepções dos atores da agricultura familiar com relação à oferta de produtos processados para o mercado no que tange a manutenção da qualidade de vida, bem como ao ambiente que os engloba enquanto sujeitos.

16- A fidelidade por parte dos consumidores, em relação aos produtos processados, das agroindústrias familiares, deve ser estimulada através de uma conscientização, talvez, com vínculo territorial.

17- Desenvolver atividades de formação de jovens agricultores

POR QUE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL?

Estes empreendimentos darão oportunidade aos agricultores de base familiar a terem condição de oferecer um produto diferenciado ao mercado, através da diversificação e agregação de valor tanto econômico, como social, ambiental e cultural. Estas agroindústrias darão oportunidades para os jovens que queiram

continuar o trabalho dos pais, bem como aqueles que saíram e tem vontade de retornar para o meio familiar.

Oportunidades pretendidas.

O Programa Municipal de Agroindústria Familiar Rural irá proporcionar um crescimento sustentável onde as pessoas envolvidas tenham a oportunidade de permanecer no meio rural onde vivem, com trabalho, renda e qualidade de vida.

Integração com Programas de outros municípios, bem como programas estaduais e federais.

Integração com o Mercado Institucional.

Valorização de Associações, Comunidades e Cooperativas de Pequenos Agricultores de Base Familiar.

Criação de um plano de Assistência técnica para as agroindústrias familiares de São Lourenço do Sul, através da Emater, Embrapa, Cresol, Capa, etc...

Criação do Fundo Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul.

Criação de uma Associação com conselho municipal de agroindústrias familiares para gerir o fundo captado para esta finalidade.

Compromisso dos Agricultores Familiares Rurais.

Produção e disponibilidade da matéria prima com qualidade;

Conseguir acessar recursos para a construção da Agroindústria Familiar Rural bem como a aquisição de equipamentos.

Se comprometer em participar de cursos de formação demandados pelos agricultores.

Adquirir equipamentos necessários ao funcionamento da Agroindústria Familiar Rural, com preferência no comércio local;

Utilizar mão de obra local para a construção do empreendimento e manipulação da matéria prima no processamento.

#. Adquirir conhecimento suficiente para comercializar os produtos processados em nível municipal, estadual e também federal.

Apoio ao Projeto através de:

- Avaliação do Projeto Arquitetônico para o Licenciamento Sanitário das Agroindústrias Familiares, dependendo do tipo de matéria prima utilizada. Se for (POA) produtos de origem animal (SIM, SIE ou SIF), se forem (POV) produtos de origem vegetal (SIM). Se for suco ou bebidas (SIF).
- Avaliação do Projeto para o Licenciamento Ambiental (Município ou FEPAM – Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente).
- Acompanhamento técnico para a inspeção sanitária e ambiental, nos diferentes tipos de processamento POA (Produtos de Origem Animal) ou POV (Produtos de Origem Vegetal).
- Cursos de formação em gestão, processamento e mercado para cada área de licenciamento (SIM - Serviço de Inspeção Municipal, SIE - Serviço de Inspeção Estadual ou SIF - Serviço de Inspeção Federal).
- Avaliação de locais para a instalação e uso da água utilizada nos empreendimentos agrícolas.
- Potencializar o processamento de produtos reconhecidos como da cultura Pomerana.

Apêndice - B

Legalizações

Legalização ambiental

Para encaminhar o Licenciamento Ambiental:

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente. A legalização ambiental é de competência do Ministério do Meio Ambiente. No Rio Grande do Sul, a licença ambiental para agroindústrias é obtida junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) ou pelo município quando esse aderiu ao Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA), podendo ele licenciar as agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial poluidor. O procedimento administrativo para o Licenciamento Ambiental compreende três etapas como segue:

- Licença Prévia (LP);
- Licença de Instalação (LI);
- Licença de Operação (LO).

Para agroindústrias de pequeno porte (até 250 m²), deve ser observada a Resolução n° 385 de 27/12/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que institui a Licença Única de Instalação e Operação (LIO).

Legalização sanitária

Para encaminhar o Licenciamento Sanitário:

A legislação sanitária define como competência do poder público a inspeção, a fiscalização e a vigilância sanitária de alimentos.

- Para produtos de origem vegetal:

O licenciamento dos produtos de origem vegetal, com exceção das bebidas é de competência do Ministério da Saúde. Para obter a licença sanitária de produtos de origem vegetal (doces, conservas, derivados da cana de cana de açúcar, panificados entre outros) no Estado do Rio Grande do Sul é necessário encaminhar o alvará de funcionamento do estabelecimento junto às coordenadorias regionais de saúde. Mais recentemente com a resolução da Comissão Intergestores Bipartite/RS – CIB n° 250/07 os municípios que aderirem podem fazer o licenciamento sanitário de produtos de origem vegetal.

- Para produtos de origem animal:

O Licenciamento de Produtos de Origem Animal é de Competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Lei federal n° 7.889 de 23/11/1989 delega competência aos Estados e municípios de realizarem o Licenciamento Sanitário de Produtos de Origem Animal. Com isso a inspeção

sanitária de origem animal conta com serviços de inspeção federal, estadual e municipal. O produtor rural deve encaminhar o projeto técnico para ser analisado pelo órgão sanitário competente. Sendo aprovado, é indicada a liberação para início da construção ou reforma. Finalizada a construção ou reforma é momento de pedir a vistoria. O parecer favorável na vistoria indica o momento de fazer o registro dos produtos. Por último é solicitado o registro do estabelecimento.

Legalização fiscal

Formas de atendimento da legalização tributária:

a) Comercialização como microprodutor rural: é possível comercializar os produtos industrializados através do Talão do Produtor Rural, desde que cadastrados no Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, criado pelo Decreto nº 49.341 de 05/06/2012. A Lei Estadual nº 10.045 de 29/12/1993, estabelece tratamento diferenciado às microempresas, aos microprodutores rurais e às empresas de pequeno porte;

b) Comercialização a partir da constituição de uma cooperativa: a formalização tributária pode ser feita a partir da constituição de uma cooperativa. Conforme a Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, define as mesmas como associações sem fins lucrativos e que tem como objetivo a representação de seus associados através de atos cooperativos;

c) Comercialização a partir da constituição da empresa: a empresa formal deve se inscrever no registro público de empresas mercantis da respectiva sede, antes do início de suas atividades. Assim, para a legalização tributária de uma agroindústria, é necessário o registro da empresa na Junta Comercial, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) na Receita Federal do Brasil e a Inscrição no Cadastro Geral do Contribuinte do Tesouro do Estado (CGC-TE), na Secretaria da Fazenda do Estado.

Bebidas:

A Lei federal nº 8.918 de 14/07/2004 que dispõe sobre a padronização, produção e fiscalização de bebidas, cria a Comissão Intersectorial de Bebidas. O registro de estabelecimento de bebidas e água é de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e é obtida no Serviço de Inspeção Vegetal – SIV. Os procedimentos administrativos para registrar as bebidas são: análise de projeto, vistoria, registro de produto e registro de estabelecimento.

Apêndice - C

QUESTIONÁRIO

Questionário aplicado aos produtores rurais (modelo entrevista).

Roteiro de entrevistas - *Roteiro do Trabalho de Campo*

Entrevista nº _____ data _____

A) IDENTIFICAÇÃO

1. Identificação do responsável: _____
2. Comunidade/Localidade: _____
3. Fone: (53) _____
4. Nome Fantasia: _____
5. Município: São Lourenço do Sul-RS
6. O processamento de alimentos é a principal atividade econômica da família?
Sim ()
Não () Qual é? _____

B) ESTRUTURA E PRODUTOS

7. Onde é realizado o processamento?
() espaço específico para a atividade
() na cozinha de casa
() outros. _____
As matérias primas dos produtos processados são:
() convencionais;
() orgânicos;
() transição.
8. Qual a origem da água utilizada para a atividade?
() açude
() cacimba
() cisterna
() poço artesiano
() arroio
() outros
9. Já foi realizada análise de água?
() Sim
() Não
10. Identificar a categoria (produtos de origem vegetal e animal) dos produtos (ex. panificados, produtos lácteos, etc.)
11. Identificar os 5 principais produtos elaborados _____

C) ORGANIZAÇÃO:

12. Identificar como a atividade de processamento está organizada.

- () Grupo informal;
- () Familiar;
- () Cooperativa;
- () Microempresa;
- () Associação formal.

D) COMPOSIÇÃO DO TRABALHO

13. Número total de pessoas envolvidas na atividade por ano: _____

E) MATÉRIA-PRIMA PRINCIPAL PARA O PROCESSAMENTO

14. Identificar qual a % de matéria-prima principal

_____ % própria

_____ % adquirida de terceiros (pessoas que não estão envolvidas diretamente no processamento).

F) INFORMAÇÕES DOS PRODUTOS

15. *Dos itens abaixo, os produtos processados possuem?*

Etiqueta: Sim () Não ()

Rótulo: Sim () Não ()

Código de barras: Sim (...) Não (...)

Tabela nutricional: Sim (...) Não (...)

Logo marca: Sim () Não ()

G) COMERCIALIZAÇÃO

16. Principais canais onde são comercializados os produtos (Colocar a % e identificar o local):

- () Feiras. _____
- () Mercado institucional _____
- () Cooperativa _____
- () Na propriedade _____
- () Comercialização de casa em casa. _____
- () Pequenos e médios estabelecimentos comerciais _____
- () Atravessador _____

H) ASPECTOS LEGAIS:

17. *Legalização Sanitária:*

- () Não legalizado
- () Vigilância Sanitária
- () Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA
- () Serviço de Inspeção Municipal/SIM

- ☐ Serviço de Inspeção estadual /CISPOA
☐ Serviço de inspeção Federal/SIF

18. Legalização fiscal

- Sem instrumento legal - ☐
Microempresa - ☐
Nota de cooperativa - ☐
Nota fiscal de produtor rural - ☐

19. Legalização ambiental

- ☐ Possui licença ambiental
☐ Não possui
☐ Nunca foi solicitado

I) VISÃO DE FUTURO

20. Quais as principais dificuldades enfrentadas para desenvolver a atividade? _____

21. Em que área você acha que precisaria de mais apoio e quem você imagina que poderia apoiar? _____

J) CULTURA E FORMAÇÃO

22. Há quanto tempo desenvolve a atividade? _____

23. Por que começou a desenvolver a atividade? _____

24. Com quem aprendeu a desenvolver a atividade? _____

25. Em que o modo como hoje realiza a atividade é semelhante ou diferente do modo como era feito, na época de sua infância, na casa de seus pais ?

26. Você produz produtos da Cultura Pomerana?

- ☐ Produz
☐ Não sabe

27. Dos itens produzidos (produtos, comidas, bebidas), que são conhecidos como produtos da cultura pomerana, que alimentos (ou outros produtos), vocês produziam e produzem?

28. Possui assistência técnica para desenvolver a atividade (orientação)?

() Sim

() Não

29. Já realizou algum curso de Boas Práticas de Fabricação?

() Sim

() Não

30. Já participou de algum curso de formação na área na qual atua?

() Não.

() Sim.

31. Quando foi a última vez que alguém do grupo/família participou de algum curso de formação? _____

Anexos

Anexo - A

Cartilha do Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul

Introdução - Contextualizando o debate

Nos anos 90 no Brasil, conformou-se um cenário político que levou a Agricultura Familiar a ampliar sua visibilidade social e ao reconhecimento de sua importância na construção de um processo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável. No entanto, essa visão do Estado a respeito da Agricultura Familiar não foi sempre assim, visto que, nas décadas anteriores, o Estado teve papel decisivo no processo de modernização da agricultura por meio da concessão de subsídios, favorecendo a expansão da produção (capitalista) em detrimento da (pequena produção) familiar descapitalizada. De acordo com a postura adotada pelo Estado, as alternativas para a Agricultura Familiar se restringiriam a mercados de nicho e à integração aos complexos agroindustriais. Nos anos 90, no entanto, os segmentos ligados ao espaço rural brasileiro intensificaram suas ações reivindicatórias e passaram a cobrar do governo políticas específicas que atendessem às demandas dos pequenos produtores. Nesse período, a expressão “Agricultura Familiar” mostrou-se capaz de sintetizar um conjunto de categorias sociais que eram identificadas como pequenos produtores, produtores de baixa renda, produtores familiares ou agricultores de subsistência.

Concomitantemente ao revigoramento do debate sobre as possibilidades representadas pela Agricultura Familiar, aparece a discussão acerca das alternativas para que ela pudesse se desenvolver e se reproduzir como categoria social dinâmica e produtiva. Neste contexto surge a intensificação dos debates a respeito da necessidade de estratégias de agregação de valor por meio do desenvolvimento do turismo rural, e de experiências de processamento de alimentos em agroindústrias familiares. No entanto, sabe-se que historicamente, as estratégias de agroindustrialização familiar fazem parte da lógica de reprodução da Agricultura Familiar e, mesmo à margem das políticas públicas, desenvolvem-se autônomas em diferentes regiões do país. Muito antes das discussões sobre a agregação de valor ao produto, ou verticalização da produção, os agricultores familiares já praticavam

essa estratégia, percebendo empiricamente que poderiam ofertar produtos agropecuários diferenciados e, assim, obter melhor remuneração do trabalho realizado. Com o apoio estatal, por meio de distintas políticas públicas, estas iniciativas encontraram espaço e vieram a se intensificar em todo o Brasil.

O Rio Grande do Sul e o apoio a agroindustrialização familiar.

A agroindustrialização da produção realizada pelos agricultores familiares vem se constituindo em uma importante alternativa de geração de renda no meio rural. Produtores utilizam a forma de trabalho familiar e a matéria-prima própria, processando e comercializando sua produção, ficando assim independentes dos complexos agroindustriais. Nesse tipo de empreendimento, os agricultores são os protagonistas do processo, passando a atuar em toda a cadeia produtiva. Além disso, ocorre à descentralização e a diversificação da produção, promovendo o desenvolvimento local, fortalecendo os valores culturais, a sustentabilidade ambiental e a oferta de produtos diferenciados e de qualidade à produção.

Com o Programa de Agroindústria Familiar, que é parte de uma estratégia de desenvolvimento que está sendo implementado no Rio Grande do Sul, o Governo do Estado busca apoiar a legalização e a implantação de agroindústrias familiares que produzem e comercializam alimentos que chegam à mesa dos consumidores, tais como: salames, queijos, pães, biscoitos, sucos, bebidas, doces e conservas. O Programa de Agroindústria Familiar busca proporcionar condições favoráveis para a geração de trabalho e renda no meio rural gaúcho, contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Objetivos do Programa Estadual de Agroindústria Familiar

Objetivos Gerais:

Possibilitar aos agricultores familiares a agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, bem como contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual.

Objetivos Específicos:

I. Apoiar a implantação de agroindústrias familiares em estabelecimentos rurais. II. Apoiar a legalização de agroindústrias familiares que se encontram na informalidade. III. Proporcionar a qualificação profissional dos beneficiários do Programa. IV. Proporcionar assistência técnica e extensão rural ao público do Programa. V. Apoiar a participação dos agricultores familiares em feiras, eventos e pontos de comercialização.

Público Assistido pelo Programa Estadual de Agroindústria Familiar.

O Programa de Agroindústria Familiar assistirá: - agricultores familiares; - assentados da reforma agrária; - quilombolas; - indígenas; - pescadores profissionais artesanais.

Benefícios do Programa Estadual de Agroindústria Familiar.

a) Assistência técnica na elaboração e no encaminhamento de projetos financeiros, sanitários e ambientais para implantação e legalização de agroindústrias familiares de origem animal, vegetal e bebidas. b) Financiamento para investimento e capital de giro para agroindústrias familiares (Feaper e Pronaf). c) Material técnico para agricultores familiares e entidades parceiras. d) Qualificação profissional de agricultores familiares através de cursos. e) Concessão de uso do selo “Sabor Gaúcho”, nos produtos agroindustrializados pelos agricultores familiares, assistidos pelo Programa. f) Para microprodutores rurais, a comercialização dos produtos processados artesanalmente, descritos na Instrução Normativa DRP nº 45/98 da Receita Pública Estadual com talão de produtor rural. g) Apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares em feiras, pontos de venda da agricultura familiar e mercados institucionais. h) Licenciamento ambiental para os empreendimentos que se enquadrem na Resolução CONAMA 385, de 27/12/06. i) Apoio na elaboração de layout de rótulos para público cadastrado no Programa.

O que é Agricultura Familiar?

A expressão “agricultor familiar” não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, nos estudos acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas definições. Quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo.

Conforme o artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais considera-se agricultor familiar aquele empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade

artesanamente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanamente. V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011) VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

Apesar desta definição acima ser considerada para a formação de políticas públicas e uma necessidade do Governo para delimitar o público que irá acessá-las é importante e decisivo para a formação do conceito de agricultura familiar ampliar a base de informações. Ainda, é importante levar em conta as seguintes características: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Dessa forma, a delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina como critérios o tamanho da propriedade, a predominância familiar da mão de obra e da renda, e a gestão familiar da unidade produtiva. Tal delimitação, como não poderia deixar de ser, é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no Brasil.

Número de Estabelecimentos e Área Ocupada.

Conforme (IBGE 2000) no Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,10 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares é de 18,34 ha, e a dos não familiares, de 313,3 ha. Após o declínio em mais de 900 mil estabelecimentos

entre 1985 e 1996, o número de estabelecimentos agropecuários aumentou 6,5% na década seguinte, passou de 4.8 milhões, em 1996, para 5.2 milhões de unidades, em 2006. No entanto, houve redução na área total desses estabelecimentos. O Censo registrou que em 2006 os estabelecimentos com atividades agropecuárias somavam 329.9 milhões de hectares, o equivalente a 36.8% do território nacional (IBGE 2000).

O Pessoal Ocupado.

No período de 1996 a 2006, enquanto a população do país cresceu 18.1%, a população rural manteve a rota de declínio desde 1970, ao cair 15.6% sobre 1996. De 33.993.332 de pessoas em 1996, ou 22% da população total, passou para 28.705.000 em 2006, o equivalente a 15% da população total, caracterizando nesse período, ou seja, na década de 1996 a 2006, que o êxodo rural se manteve com grande intensidade.

Da mesma forma, houve seguimento na trajetória de queda do contingente ocupado na agropecuária, em 2006 eram 16.567.544 pessoas; um contingente 1.36 milhão inferior (-7.6%). Assim, a evolução média do pessoal ocupado na agropecuária também caiu. Ainda, segundo o IBGE, do pessoal ocupado em 2006, os homens somavam 11.515.194 pessoas e as mulheres, 5.052.350. Os estabelecimentos de 5 hectares a menos de 10 hectares ocupavam 1.831.406 pessoas (11%), e os de 10 hectares a menos de 50 hectares, ocupavam 4.923.477 pessoas (30%).

Agricultura Familiar e a produção de alimentos.

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de ha) a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Na produção animal não é diferente, apesar de cultivar em uma área menor com pastagens (36,4 milhões de ha) a agricultura familiar é responsável por produzir grande parte da fonte de proteína animal.

A partir dos dados acima mencionados, percebemos algumas das principais características da agricultura familiar no Brasil. Essa diversidade de características é reflexo das múltiplas funções da agricultura familiar na dinâmica econômico-social dos territórios rurais, e quanto maior for a diversidade de públicos, ou seja,

agricultores familiares, pescadores, assentados de reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas, maior serão as dinâmicas e funções econômicas, culturais e sociais existentes.

A primeira dessas contribuições da agricultura familiar, pontuada hoje como uma função a ser valorizada, diz respeito ao seu papel original de garantir a segurança alimentar. Segundo Guilhoto et. al. (2006), essa função deve ser observada por duas dimensões. A primeira diz respeito à produção agrícola em si, à capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado. A outra se refere à capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos. Segundo dados do estudo Incra/Fao (2000), o universo da agricultura familiar exibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. De outro lado, é também neste setor que está à metade dos brasileiros em situação de risco, vivendo abaixo da linha de pobreza.

Um dos papéis fundamentais da agricultura familiar é garantir a segurança alimentar. Nesse sentido, o apoio produtivo à agricultura familiar é visto como um mecanismo de autopromoção da segurança alimentar. Em termos práticos é necessário aumentar o apoio técnico, financeiro e organizacional para fortalecer a produção dos agricultores familiares, que assim realizariam com dupla eficiência a função de promoção da segurança alimentar.

A função de geração de emprego, que também é analisada como fator de melhoria social, é ainda mais significativa. Os estabelecimentos familiares são os principais geradores de postos de trabalho no meio rural, como mencionado anteriormente. Enquanto estabelecimentos patronais precisam de, em média, 67 hectares para gerar um posto de trabalho, os familiares precisam de apenas oito hectares. No Norte isso é ainda mais discrepante, sendo necessários 166 hectares da agricultura patronal para gerar um emprego, e apenas 14 hectares para a agricultura familiar fazer o mesmo.

A função de preservação ambiental também tem sido atribuída à agricultura familiar, apesar de ainda se configurar como um tema de grande controvérsia. No geral, a agricultura em geral é considerada uma das atividades que produzem maior impacto sobre o meio ambiente e o modelo tecnológico adotado no País tem sido responsável pela produção de inúmeros efeitos negativos. Se, por um lado, a produção patronal monocultora reúne elementos geradores dos impactos negativos,

no outro extremo, os estabelecimentos familiares em situação de exclusão também são considerados danosos ao meio ambiente. Porém, isto não se deve à sua natureza de lucratividade máxima ou à sua estratégia de exploração agrícola, como no caso das grandes propriedades. Na grande maioria dos casos, a pressão sobre os recursos naturais se dá por desequilíbrios no sistema familiar, fruto da falta de acesso a terra. O fato de mais de 85% dos estabelecimentos familiares ocuparem apenas 30% da área, enquanto pouco mais de 11% dos estabelecimentos patronais ocuparem quase 68% das terras ilustra a pressão existente sobre os solos, matas e recursos hídricos.

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar. Quando em situação de risco, o que pode ser representado pela escassez de terra frequente com a reprodução das famílias, a agricultura familiar pode vir a atuar de forma nociva ao meio ambiente.

A utilização racional dos recursos naturais tem sido também fator de preservação ambiental. O que condiciona a realização de atividades mais impactantes sobre os recursos naturais não é, portanto, a natureza do trabalho familiar, mas a ausência de condições para sua reprodução. Dessa forma, o conjunto de instrumentos de política pública, que envolvem desde a reforma agrária até o crédito, a extensão rural e a educação do campo, é essencial para garantir que os agricultores familiares ampliem suas potencialidades na realização das suas funções de preservação ambiental. Outro aspecto relevante é sua vocação tanto para a produção como para o consumo, o que faz com que a agricultura familiar valorize a diversidade de produção de alimentos, essencial à preservação ambiental.

A diversidade na produção de alimentos é uma das principais características da agricultura familiar. Além disso, a gestão familiar propicia a realização de atividades que requerem maior cuidado no manejo dos recursos. Infelizmente, as próprias regras embutidas nas políticas de crédito que muitas vezes desconsideram o potencial preservacionista do agricultor familiar, que é conduzido ao uso de sistemas produtivos inadequados à sustentabilidade ecológica. A função ambiental é um bem público que a agricultura familiar produz para a sociedade e deve ser

compensada por isso, ao invés de ser incentivada ao produtivismo dos pacotes tecnológicos.

Outra função atribuída à agricultura familiar, a sócio-cultural, significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade. O aumento dos problemas enfrentados pelas populações de grandes cidades tem levado à busca de modos de vida mais saudáveis, à valorização por alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos, por produtos produzidos de forma artesanal, com matéria prima com menor processamento industrial, além de um crescente desejo de um maior contato com a natureza.

Essa tendência tem resultado na valorização da tradição da agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho no meio rural. Produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos Também é parte desse processo a valorização do desenvolvimento local, baseado em processos endógenos, com o aproveitamento racional dos recursos disponíveis em unidades territoriais delimitadas pela identidade sócio cultural. Nesse contexto, a agricultura familiar é reconhecida como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios menores. Isso significa dizer que a componente cultural do modo de vida rural tem relevância na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e que, nessa componente, a agricultura familiar tem sido identificada como tendo papel de destaque.

Revisão de Bibliografia - O que é uma Agroindústria Familiar?

Uma agroindústria familiar rural constitui-se das seguintes características: Agroindústria Familiar Rural constitui-se em uma unidade de processamento de alimentos, localizada nas propriedades rurais ou nos aglomerados rurais próximos. Geralmente é de propriedade de agricultor familiar, individualmente ou em grupo. As tecnologias adotadas são simples, procurando observar sua adequação e/ou adaptação, principalmente em relação ao seu custo e quantidade de produtos industrializados. Essas unidades constituem um ambiente favorável à emergência de saberes e práticas tradicionais. A matéria-prima processada na agroindústria é produzida pelos agricultores individualmente ou associados, sendo também adquirida de outros agricultores de forma complementar. A força de trabalho

utilizada para a realização das atividades produtivas, assim como seu gerenciamento, pertence majoritariamente às famílias proprietárias. Esses estabelecimentos, de uma forma ou de outra, interagem com os mercados, gerando renda para as famílias envolvidas.

O Município de São Lourenço do Sul e a agroindustrialização familiar.

O município de São Lourenço do Sul localiza-se na parte centro sul do estado do Rio Grande do Sul na serra dos tapes, fazendo parte da micro região da Lagoa dos Patos, faixa de terra que circunda a margem direita da Lagos dos Patos. São Lourenço do Sul possui uma área total de 2.045 km², divididos em sete Distritos, além da sede e, corresponde a aproximadamente 0,8% da superfície total do Estado. Em relação ao nível do mar possui uma altitude média de 25 metros, na área de várzea, junto à laguna dos Patos, e de 150 metros em média na colônia.

Possui uma população de aproximadamente 44 mil habitantes sendo que 45% estão na colônia. Os acessos ao município podem ser feitos via Br 116 e RS 265. Em relação a Porto Alegre a distância é de aproximadamente 190 km e Pelotas 70 km.

A agricultura é basicamente de produção leiteira e produção de fumo, mas também há arroz, milho, soja, batata inglesa, feijão, criação de aves e suínos. O interior do município é muito rico em belezas naturais e possui uma raiz cultural forte, trazidos pelos colonizadores alemães e pomeranos e que nos dias de hoje vive e, está presente no cotidiano do nosso agricultor familiar, de acordo com Andersson et. al. (2012).

Contextualização.

Verifica-se, ao longo dos anos, uma redução na renda do agricultor familiar, principalmente daqueles que se dedicam à produção de grãos. Seus sistemas produtivos caracterizam-se por um baixo nível de diversificação, pouca integração com a produção animal e de frutas e hortaliças e reduzido grau de agregação de valor aos produtos. Uma parcela significativa destes agricultores compreende meros produtores de matérias-primas para as grandes agroindústrias, como é o caso do tabaco no município e, ao longo dos anos, enfrentam sérias dificuldades em relação à sua capacidade de reprodução social e de qualidade de vida. Ao mesmo tempo, verifica-se uma procura crescente por produtos de origem agrícola e pecuária com

agregação de valor por intermédio de classificação, padronização, embalagem, processamento agroindustrial e, além disso, produtos saudáveis e agroecológicos e formas diferenciadas de valorização das culturas e tradições, como é o caso de algumas agroindústrias de SLS e da Rota Turística Caminho Pomerano.

Os debates sobre a renda e os seus sistemas produtivos indicam a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável. Este novo modelo deve ser resultado de um processo planejado de intervenção de políticas públicas através do governo municipal e da sociedade civil organizada, de modo a viabilizar a população rural opções duradouras de progresso, utilizando de forma equilibrada as dimensões econômica, social, ambiental, institucional, política, espacial e cultural.

É entendido como agroindustrialização o beneficiamento e/ou transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aqüícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações de alterações físicas, químicas ou biológicas, incluindo o artesanato em geral no meio rural.

Os produtos oriundos das pequenas agroindústrias, além de serem competitivos, se diferenciam dos demais pelo seu processo de produção e suas características intrínsecas. Apresentam um conjunto de características – ecológicas, sociais, culturais, organolépticas nutricionais, éticas, artesanais entre outras – que podem ser incorporadas aos alimentos e, assim, materializar a diferenciação dos produtos da pequena agroindústria, numa associação com o local de sua produção e com o saber-fazer dos agricultores, conferindo-lhes sabor peculiar, apreciado por uma fatia cada vez maior da população.

A implantação de agroindústrias é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e uma opção para áreas urbanas, construindo um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural e o urbano como um todo e não mais apenas ligado à produção agrícola e como fornecedora de mão de obra. Oportuniza a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens. Para essas pessoas pode representar o (re) início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais, indo muito além do que

usualmente é confundido com cidadania, a qual pode ser entendida aqui principalmente como oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, de obtenção de renda suficiente para se viver com boa qualidade. É uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo e no mercado. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e cultura.

Agroindústria Familiar Lourenciana.

Agroindústria familiar de SLS (São Lourenço do Sul) é um segmento heterogêneo constituído principalmente por pequenos produtores rurais e alguns urbanos, de alimentos de origem vegetal e animal (agroecológicos ou não), sendo ambas importantes por empregarem mão de obra não qualificada e valorizarem o trabalho doméstico. Possuem em sua diversidade, embutidos, mel, queijos, sucos, doces, conservas, temperos, produtos de panificação, rapaduras, erva mate, vinhos, flores, artesanato variado, além de iguarias como o peito de ganso defumado, frangos coloniais recheados, sucos e doces de frutas nativas. Em geral, esses produtos são produzidos por micro e pequenas agroindústrias que ofertam produtos de baixa sofisticação tecnológica ligados à cultura local. Em sua maioria a transformação desses produtos é de forma artesanal e informal em pequenas instalações nas propriedades, mas existem aquelas que já possuem registros junto aos órgãos competentes, com inspeção sanitária e legalização fiscal e tributária. A maioria dos produtos constitui de processamento simples com baixo conteúdo tecnológico, mas apresentam um potencial de agregação de valor significativo. Os produtos da agroindústria familiar lourenciana atendem consumidores de variados níveis sociais em mercados locais e até regionais.

As agroindústrias familiares de SLS se constituíram principalmente a partir de motivações de natureza econômica e social. A fundamental motivação é de ordem econômica, ou seja, a agregação de valor aos produtos via transformação artesanal ou semi-artesanal aos excedentes que os produtores rurais não conseguiam comercializar in natura. Dentre as motivações sociais mais relevantes destacam-se a fixação do produtor na propriedade rural e a manutenção da integridade familiar, envolvendo gênero e geração na produção.

Em sua maioria, o aporte tecnológico geralmente se originou da própria família do produtor, mas também dos agentes de extensão rural. Os produtos, em

geral, são competitivos, mas devido à baixa escala de produção, a pouca atenção dispensada à apresentação dos produtos ao consumidor e o desconhecimento e a incerteza sobre a comercialização fazem com que muitas iniciativas e agroindústrias constituídas tendem a fracassar. Outros fatores que dificultam a sobrevivência são a falta de capital de giro, o retorno demorado do investimento, pouco aporte tecnológico e gerencial e a grande burocracia para a construção e a sua legalização.

Atualmente, os produtos das agroindústrias lourencianas, são comercializados de diferentes formas, mas pouco chegando às prateleiras dos mercados urbanos. Existe comercialização de “porta em porta”, em feiras municipais, em alguns restaurantes e também na rede municipal da Merenda Escolar e nos projetos do Governo Federal Segundo Tempo e Fome Zero. Atualmente, o principal motivo destes produtos não chegarem às prateleiras é devido a não estarem legalmente constituídas, sejam nos aspectos tributários, sanitários, fiscais ou ambientais e, aquelas que já estão legalmente constituídas não possuem produção suficiente para atingirem este mercado.

Um aspecto positivo das agroindústrias do município é que, além de gerar renda para as famílias envolvidas no processo de agroindustrialização, as cadeias produtivas dos alimentos de origem vegetal e animal são variadas e longas, abrangendo fornecedores de matéria-prima, produtos para a industrialização, embalagens diversas para acondicionamento, instituições de crédito, mercados locais, outros agricultores, enfim, um envolvimento de diversos setores e que gera um modelo de desenvolvimento sustentável, diferente da cadeia do tabaco, onde o fornecedor de insumos, sementes, assistência técnica e compra do produto é o apenas uma empresa.

Analisando-se todos estes aspectos, entendemos que os produtos e as agroindústrias de São Lourenço do Sul, possuem dificuldades e desafios, mas que por outro lado existe a capacidade de qualificar processos, desde a produção, industrialização, comercialização e gestão e, que, a Prefeitura Municipal e as entidades do município irão dar suporte para que estas e outras agroindústrias possam se legalizar, atingir mercados, gerar postos de trabalho e desencadear processos de desenvolvimento sustentáveis.

Há uma demanda do turismo e de outros mercados por produtos da agroindústria municipal, onde existe a necessidade de orientação técnica aos produtores que atuam nas agroindústrias e também pelo fato de que a área rural do

município necessita ampliar e diversificar as atividades econômicas. Além disso, os agricultores familiares agregam pouco valor a sua produção, o município precisa ampliar a geração de emprego e renda e existe na cultura lourenciana elementos importantes para o desenvolvimento de atividades agroindustriais.

Assim, a implantação de empreendimentos agroindustriais de pequeno e médio porte, como forma de promover a industrialização rural e a verticalização do setor primário, é geralmente considerada uma das mais eficientes alternativas de política de desenvolvimento rural. Quando ocorrem investimentos no segmento de agroindústria familiar, gera-se renda não somente para as famílias rurais, mas também para aqueles envolvidos nas cadeias agroindustriais.

Esta opção de fortalecimento da agroindústria familiar urbana e rural se fundamenta na sua importância econômica, social e cultural e, também, no potencial que ela representa na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, economicamente viável e socialmente justo.

Além disso, a agroindústria familiar aponta como um componente importante para o Desenvolvimento Rural Sustentável, descentralizando as atividades agroindustriais, onde são desenvolvidas em unidades de pequeno porte e no meio rural; desenvolvendo atividades agroindustriais que utilizam conhecimentos e recursos locais; assegurando o controle individual ou coletivo sobre os meios de produção, os processos e a comercialização; e, ainda encurtando a distância entre produtores e consumidores, fortalecendo o mercado local.

Da colheita a comercialização: abordagem sistêmica de uma agroindústria familiar.

Quando tratamos de agroindustrialização da produção familiar as ideias que costumam aparecer são aquelas relacionadas à maior valorização dos produtos, eliminação de atravessadores, autonomia dos agricultores, criação de postos de trabalho no espaço rural, entre outras. Sem dúvida, essas questões são reais, no entanto, para que estas possibilidades sejam tangíveis é necessário que a agroindústria seja pensada como um sistema complexo, composto por diversas partes e que precisam funcionar articuladas a fim de se obter o melhor resultado. Isto não é tarefa fácil, pois estamos trabalhando com o meio-ambiente, a produção agropecuária, os agroecossistemas; e com pessoas que possuem saberes, talentos

e modo de ver o mundo. Articular este sistema para que ele funcione sincronizado, é o maior desafio.

Nos itens que seguem pretende-se realizar algumas reflexões a cerca dos elementos que compõe uma Agroindústria Familiar Rural, iniciando na produção agropecuária, passando pela transformação e finalizando com a comercialização e em todos os aspectos tendo presente a necessidade da gestão participativa, a organização social e a sustentabilidade ambiental.

A Produção Agropecuária: aqui começa a agroindústria familiar.

No aspecto produtivo, a Agroindústria Familiar Rural inicia com a produção agropecuária, extrativista ou pesqueira. É do desejo de obter outros produtos, além do produto primário (frutas, hortaliças, grãos etc.) que nasce a maioria dos empreendimentos. Todavia, sem produção primária e pessoas organizadas não existe agroindústria. O que pode existir é um prédio, uma construção, mas para que exista realmente uma agroindústria familiar é imprescindível que os envolvidos sejam atuantes, criativos e preparados para os desafios que irão surgir. Neste início de atividade é preciso dimensionar a produção, avaliando se existe quantidade, qualidade e viabilidade de processar os seus produtos.

Procura-se alertar para o aspecto da produção, pois é bastante comum encontramos empreendimentos inativos por falta dela. Muitas vezes o desejo de se obter maiores resultados não é acompanhado da avaliação real das possibilidades, e frente à disponibilidade de recursos financeiros, agricultores e técnicos esquecem-se de avaliar aspectos básicos. Sugere-se aqui, que seja realizado um censo, onde conste qual a produção dos associados que estão comprometidos com o empreendimento e qual a necessidade de se adquirir produtos de outros agricultores. Assim, de forma resumida é preciso dizer que a matéria-prima é um aspecto central dos empreendimentos, e, seja originária do grupo diretamente envolvido, ou de outros grupos parceiros, é necessário pensar na sua viabilização. Isto inclui o transporte dos produtos até o local de processamento, avaliar a necessidade ou não de armazenamento e principalmente pensar em meios para garantir a qualidade do produto vai chegar até a agroindústria. Não existe mágica; se o produto que chegar numa agroindústria não tiver qualidade, conseqüentemente o produto que sairá deste empreendimento também não a terá.

Pensando na qualidade.

Qualidade dos produtos é um conjunto de características que vão desde a produção da matéria-prima, de preferência dentro dos princípios da agroecologia, passando pelas práticas sanitárias e sociais do processo, culminando com uma boa apresentação do produto final.

A qualidade do produto trata-se de um das principais “armas” que a Agricultura Familiar possui, e um importante item a ser valorizado. No entanto, o fato de um produto ser originário da Agricultura Familiar, não lhe garante em si, qualidade. É preciso que esta seja uma meta a ser atingida por todos. Acredita-se, no entanto, que a Agricultura Familiar é um lócus, onde a qualidade no sentido amplo tem grandes possibilidades de se desenvolver.

Abordagem da qualidade busca resgatar o conceito de qualidade ampla, que vai além das questões relacionadas às Boas Práticas de Fabricação de Alimentos, mas envolve aspectos relacionados à qualidade da matéria-prima (ecológica ou não), as condições sociais que este produto é produzido, a praticidade de uso e as regulamentações que envolvem a produção de alimentos. A união deste vários elementos é que definirá se este produto possui, ou não qualidade.

Transformação: agregando trabalho e habilidades.

Conforme (MDA 2009), existem muitas formas de transformação de alimentos e processos que podemos identificar como agroindustrialização. O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por sua vez “estabelece um conceito amplo para a agroindustrialização, englobando o beneficiamento e/ou transformação dos produtos provenientes de explorações aquícolas, pecuárias, pesqueiras, agrícolas, extrativista e florestais, abrangendo desde processos simples, como classificação e embalagem, até mais complexos, como extração de óleos e a fermentação, incluindo também o artesanato no meio rural”.

Esta etapa do processo vai demandar novas habilidades dos produtores e também capacidade para acionar seus saberes, talentos e capacidades. Existe a necessidade de equacionar a demanda do processamento com a matéria-prima. As pessoas que estão envolvidas devem estar capacitadas para atender as normas sanitárias e para o processo em si, pois produzir em casa para família é diferente do que produzir para comercialização.

No entanto, é desejável que estes produtos incorporem o máximo de práticas e saberes que o diferenciem da produção em grande escala. São essas peculiaridades que possuem além de agregar valor aos produtos, também fazem com que se tornem vetores de um processo de desenvolvimento sustentável.

Organizando o trabalho.

Uma das questões centrais no processo de agroindustrialização é a força-de-trabalho. Ou seja, quem vai objetivamente realizar as tarefas durante todo o processo? São várias etapas e muitas variáveis, assim este tópico busca levantar a discussão a cerca da necessidade de se organizar a execução do trabalho em todas as etapas do processo de agroindustrialização, buscando levantar elementos que ajudem os atores envolvidos a pensar esta etapa do Projeto.

É importante lembrar que as que as múltiplas habilidades exigidas pelo trabalho agrícola são intensificadas quando os agricultores familiares passam a transformar a sua produção primária e ainda a comercializá-la. Assim as diferentes etapas que compõe o trabalho deverão ser pensadas para que a força-de-trabalho disponível seja ocupada e as habilidades individuais possam se expressar. Ainda que os indivíduos venham a realizar múltiplas funções, contudo as habilidade e características de cada um podem ser ocupadas da melhor maneira. Alguns possuem mais aptidão para o processo produtivo primário, outros para a comercialização, outros ainda, para a gestão. A combinação de habilidades individuais com a capacidade de trabalhar conjuntamente é que vai contribuir para a organização do trabalho nas agroindústrias familiares.

Após definir e planejar a execução do trabalho é preciso que os direitos e deveres dos envolvidos sejam discutidos coletivamente e sejam claros e documentados, desta forma possibilita-se que as necessidades de trabalho da agroindústria e a disponibilidade de atuação dos envolvidos sejam satisfatoriamente contempladas.

Uma situação a que frequentemente acontece é a contratação de pessoas externas ao empreendimento, principalmente em períodos de safra. Tal situação deve ser administrada de forma que as obrigações e direitos dos contratados fiquem claros e estejam devidamente documentadas evitando, assim complicações futuras.

Conhecendo os aspectos legais.

Uma das questões que deve ser levada em consideração quando os agricultores passam a transformar sua produção agropecuária com vistas ao mercado formal, são os aspectos legais que virão a incidir sobre o processo.

As agroindústrias familiares surgem à margem dos processos legais e comercializa seus produtos de forma experimental, sendo esta fase, um período importante de aprendizado e aquisição de experiência na atividade. No entanto, quando o processamento deixa de ser uma atividade ocasional e passa a ter um papel mais expressivo no sistema de produção familiar, os agricultores tendem a dar mais um passo e procurar os meios de formalizar a sua produção.

Quando se trata de legalização é importante identificar que a expressão engloba processos distintos. Os principais são: legalização sanitária, legalização ambiental e legalização tributária /fiscal.

Legalização Sanitária.

No Brasil existem diferentes órgãos responsáveis pela legalização sanitária dos diversos empreendimentos, de acordo com o tipo de matéria prima processada e de produto elaborado, de acordo com (SGARBI 2006).

O Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é o órgão responsável pela fiscalização da produção e comercialização da maioria dos produtos de origem vegetal. De acordo com as normas da vigilância sanitária, os produtos podem ser comercializados no âmbito do município, estado ou país, ou seja, não há restrição geográfica para a sua comercialização. Para estarem legalizados, os empreendimentos precisam obter o alvará sanitário nas Coordenadorias Estaduais de Saúde. Em locais onde ocorreu a municipalização plena da saúde, o alvará sanitário pode ser solicitado nas secretarias municipais de saúde.

A inspeção sanitária dos produtos de origem animal corre em três instâncias: o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), o Serviço de Inspeção Estadual (SIE). No Rio Grande do Sul denominado Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Cispoa), e o Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Para cada um dos serviços existe uma delimitação de área de comercialização, ou seja, os produtos legalizados pelo SIM só podem ser comercializados no âmbito do município. Aqueles legalizados pelo SIE podem ser

comercializados no âmbito do estado. Para serem comercializados fora do estado, os produtos precisam, portanto, estar legalizados pelo SIF.

No caso de bebidas, sucos e vinagres o órgão responsável é o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo que os produtos legalizados pelo MAPA podem ser comercializados em todo o país. Outra possibilidade que está sendo implantado no país é o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), como forma de contribuir para a superação dos entraves existentes para a implantação e legalização de agroindústrias familiares, no entanto este sistema ainda não se consolidou e necessita de ajustes para que realmente possa contribuir para o desenvolvimento das agroindústrias, para saber mais ver www.mapa.gov.br.

Cabe destacar que alguns estados desenvolvendo sistemas únicos estaduais de inspeção sanitária, a exemplo do o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF no Rio Grande do Sul. Tais sistemas apresentam-se como possibilidades importantes, contudo ainda carecem de regulamentações, aperfeiçoamento e definições políticas para que possam realmente ser efetivos e atender as demandas da Agricultura Familiar.

Legalização ambiental.

Todos os empreendimentos devem ser registrados junto ao órgão ambiental do seu respectivo estado ou município. O objetivo desse registro é que o empreendimento siga as normas ambientais para que não ocorram impactos ambientais. Para isso, é necessário apresentar um projeto técnico contendo as plantas e toda a descrição do sistema de tratamentos dos resíduos e efluentes.

A partir de 27 de dezembro de 2006 a Resolução nº 385 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), criou algumas diretrizes para a legalização ambiental de agroindústrias familiares. Por meio desta resolução os estabelecimentos de até 250 m² poderão obter licença ambiental de forma simplificada, quando comprovado o baixo impacto para o meio ambiente.

Legalização tributária fiscal.

A legislação tributária/fiscal refere-se ao registro do empreendimento junto aos órgãos das receitas Estadual e Federal. Para que a agroindústria possa comercializar seus produtos necessita ter a nota fiscal. Para isso, as opções

praticamente se resumem na constituição de cooperativa, opção adotada por muitos grupos, ou a criação de uma “microempresa” (sociedade empresarial). A cooperativa, no entanto tem a limitação que só pode ser formada com no mínimo vinte cooperados, excluindo assim, os pequenos grupos (menores do que vinte cooperados).

A Microempresa (ME), embora do ponto de vista de tributos seja uma opção interessante, deve-se ter clareza que os associados perderão a condição de segurado especial do INSS, onde segundo o artigo 12, inciso VII, da Lei 8.212/91, como segurado especial, onde o agricultor pode requerer aposentadoria com sessenta anos de idade e a agricultora com cinqüenta e cinco anos; da mesma forma fica assegurado à agricultora o direito ao salário maternidade, sendo que muitas vezes pode não ser a melhor opção. Então, as opções existentes devem ser cuidadosamente avaliadas pelos grupos no momento de constituir uma Agroindústria Familiar buscando verificar qual a melhor opção para cada situação.

Comercialização: o grande desafio:

Quando tratamos da comercialização de produtos da Agricultura Familiar, é voz corrente que a maioria dos agricultores tem dificuldades de pensar os processos produtivos da “porteira para fora” e que a comercialização sempre é uma das etapas mais difíceis do processo. No entanto, os processos organizativos e o atual cenário conformado pelas políticas públicas de apoio a Agricultura Familiar permitem algumas oportunidades que podem contribuir para a superação desta etapa. Bons exemplos são o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, e as legislações específicas para a Agricultura Familiar, conforme Andersson et. al. (2011).

Ainda que, atualmente, tenha-se um cenário mais favorável para a comercialização de produtos da Agricultura Familiar, principalmente com as possibilidades de comercialização ao mercado institucional, entretanto a comercialização, ainda é um grande desafio para os empreendimentos familiares. Reforça-se aqui, a importância de pensar o processo de comercialização desde a concepção do Projeto, levando em consideração as características dos produtos, os mercados e a logística necessária e considerando os diferentes circuitos de comercialização.

Os circuitos de comercialização:

É importante ter claro que entre o produtor e o consumidor, as matérias-primas sofrem uma série de transformações operadas por intermediários, pelos quais é repartido o valor acrescentado ao produto. No caso da Agroindústria Familiar parte destas transformações é absorvida pelos próprios produtores, visto que eles se propõem a transformar a matéria-prima e comercializar o produto nos diferentes circuitos de comercialização. Conforme Prezotto (1999), o circuito mais curto é o da “entrega direta ao consumidor”, em que o próprio produtor vende o seu produto, transformado ou não, ao consumidor final. No outro extremo, um dos circuitos mais longos corresponde à produção agro-industrial clássica. O agricultor produz a matéria-prima; esta é transformada em produtos alimentares por grupos industriais de dimensão multinacional; os produtos-tipo correspondentes são vendidos às centrais de compras das principais cadeias de supermercados e de hipermercados.

O conceito de circuito “longo” ou de circuito “curto” não tem a ver com a distância física entre o produtor e o consumidor, mas sim com o número de intermediários entre a produção e o consumo: por exemplo, se um produtor se dirige com um camião à cidade para montar uma banca numa grande superfície e vender o seu produto diretamente, estamos perante uma venda em circuitos curtos. Entre estes dois extremos existem muitas alternativas, em que o produtor entrega mais diretamente ou menos diretamente o seu produto ao consumidor, por vezes por intermédio de um restaurante ou de uma loja cooperativa.

Neste contexto resta a questão: qual circuito optar? Para esta pergunta a resposta mais coerente é: depende da situação. Infelizmente não existem modelos prontos e é neste ponto que reside a necessidade de avaliar as diferentes possibilidades existentes para optar pelo melhor caminho. Os dois são necessários e complementares; constituem soluções para situações muito diversas, por tipo de produto (a diferença entre os produtos frescos e as conservas ou os produtos secos, por exemplo) e por tipo de região geográfica.

Muitas vezes a melhor opção é transitar pelos dois circuitos, ou ainda, alguns produtos são comercializados pelos circuitos curtos e outros por circuitos longos. Cabe aos agricultores avaliarem e decidirem de forma participativa a melhor opção para comercializar sua produção. Contudo ressalta-se que o sucesso desta etapa da agroindustrialização está intimamente ligado as etapas anteriores. Assim produtos

de qualidade, apresentam boas possibilidades de comercialização e para que isto ocorra é necessária uma boa gestão dos empreendimentos.

Gestão participativa: o difícil exercício de compartilhar

Quando refletimos a respeito de agroindústrias familiares de sucesso, ou, por outro lado, quando analisamos empreendimentos que não obtiveram os resultados esperados, a questão da gestão, sempre aparece como fator determinante para um lado ou para outro, portanto a gestão tem sua importância.

A importância da gestão é consenso entre técnicos, agricultores, pesquisadores e demais atores envolvidos em empreendimentos do rural.

O caminho que leva os agricultores familiares produtores de matéria prima para a posição de agricultores familiares transformadores de matéria prima é bastante complexo, isto ocorre devido às implicações legais, demanda de trabalho, necessidades que vão surgindo no decorrer da caminhada.

No caso de empreendimentos territoriais, têm-se ainda, a dificuldade de compartilhar idéias, aspirações com todos os envolvidos no processo. Por mais que os agricultores sejam parceiros, tenham os mesmos sonhos, as mesmas aspirações, não significa que eles são necessariamente iguais e que pensem da mesma maneira. Têm-se diferenças, desejos distintos e forma de ver e pensar o mundo diferente. No entanto, quando se está envolvido em um empreendimento coletivo, o desafio maior é pensar não nas diferenças, mas os pontos e anseios comuns. São eles que servirão de elo para superar as dificuldades e levar a diante nosso desejo. Aprender a pensar o coletivo e se enxergar nesta coletividade são exercícios que pode trazer bons resultados. Infelizmente, não existe nenhuma mágica que vai fazer com que os agricultores familiares e lideranças tenham sucesso na gestão dos seus empreendimentos, no entanto existem algumas questões que podem sim, evitar desconfortos futuros e frustrações desnecessárias, como, por exemplo, o planejamento das atividades que iremos executar.

Referências Bibliográficas

ANDERSSON; N. L. M. MACHADO; A. L. T. FERREIRA; M. F. Agroindústria Familiar, do Anonimato à Legalização XX Congresso de Iniciação Científica e III Mostra Científica UFPEL **Anais** 2011.

ANDERSSON; N. L. M. FERREIRA; M. F. GOMES; M. C. Comparativo entre as Agroindústrias Familiares do Estado de Santa Catarina e as de São Lourenço do Sul – RS XIV ENPOS – UFPEL **Anais** 2012.

IBGE. Censo Agropecuário 2000 e 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br;

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA.

Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica Brasília: INCRA/FAO, Fev, 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>;

GUILHOTO, J. J. M., S. M. ICHIHARA, C. R. AZZONI, F. G. Silveira (2006).

Comparação entre o Agronegócio Familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil. Teoria e Evidência Econômica, Rio Grande do Sul, v. 14, p. 9-36;

MDA. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Brasília: MDA 2009.

PREZOTTO, L. **A Agroindústria Rural de Pequeno Porte e o seu Ambiente**

Institucional Relativo à Legislação Sanitária, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Curso de Pós-graduação em Agroecossistemas, UFSC, 1999.

PROGRAMA ESTADUAL DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

<http://www.sdr.rs.gov.br/upload/acesso> em 11/11/2013.

RESOLUCAO_CONAMA_nº385<http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/gruposdetrabalho/acesso> em 11/11/2013.

SGARBI, Jaqueline. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006